

CAPÍTULO 1	3
PERFIL INSTITUCIONAL.....	3
1.1 Missão, Visão e Valores do IFRS.....	6
1.2 Princípios e Finalidade do IFRS	7
1.3 Ensino	9
1.4 Extensão, Internacionalização e Política de Comunicação do IFRS.....	14
1.5 Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	17
1.6 Breve histórico dos <i>campi</i>	20
1.6.1 <i>Campus</i> Alvorada.....	20
1.6.2 <i>Campus</i> Bento Gonçalves	22
1.6.3 <i>Campus</i> Canoas.....	25
1.6.4 <i>Campus</i> Caxias do Sul	28
1.6.5 <i>Campus</i> Erechim.....	31
1.6.6 <i>Campus</i> Farroupilha.....	34
1.6.7 <i>Campus</i> Feliz	36
1.6.8 <i>Campus</i> Ibirubá.....	38
1.6.9 <i>Campus</i> Osório.....	40
1.6.10 <i>Campus</i> Porto Alegre.....	44
1.6.11 <i>Campus</i> Restinga	46
1.6.12 <i>Campus</i> Rio Grande.....	48
1.6.13 <i>Campus</i> Rolante.....	52
1.6.14 <i>Campus</i> Sertão	55
1.6.15 <i>Campus</i> Vacaria.....	57
1.6.16 <i>Campus</i> Veranópolis.....	62
1.6.17 <i>Campus</i> Viamão.....	64

Lista de Figuras

Figura 1 - Distribuição geográfica dos <i>campi</i>	6
---	---

Lista de Quadros

Quadro 1 - Linha do Tempo	25
Quadro 2 - <i>Campus</i> Caxias do Sul	30
Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2015	31
Quadro 4 - Área de Atuação Acadêmica do IFRS Campus Rio Grande.....	51
Quadro 5 - Indicadores Regionais	61

CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL

O IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC. Por força da Lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao MEC, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

A constituição do IFRS deu-se a partir da integração inicial de quatro escolas de educação profissional com um grande histórico de atendimento às vocações regionais, sendo elas o CEFET Bento Gonçalves, a EAF de Sertão, ambas autarquias, a escola técnica da UFRGS e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da FURG. Ainda fez parte do processo inicial, a Escola Técnica Federal de Canoas, mas que ainda não se constituía como espaço físico. Todas essas escolas contribuíram para que o IFRS iniciasse seus trabalhos como IF e trouxeram para o processo sua experiência, seu renome e sua história, que constituíram a base teórica, pedagógica e administrativa da nova Instituição. A partir de 2009, o IFRS foi construindo novos *campi* – Restinga, Caxias, Osório, Erechim, Viamão, Alvorada, Rolante, Vacaria e Veranópolis – e também devolvendo a sociedade escolas que haviam sido edificadas com recursos do governo federal, mas que não ofereciam gratuidade aos alunos – Feliz, Ibirubá e Farroupilha.

Na sua trajetória, os *campi* do IFRS representaram o atendimento a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, o que trouxe ao IFRS o protagonismo no desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública, gratuita e de excelência, articulando de forma inequívoca o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao longo de seus 10 anos de existência, o IFRS consolidou-se no cenário educacional do estado e do país, sendo referência com seus programas institucionais e também na história de vida de seus alunos e servidores. Entretanto, mais do que alcançar esse reconhecimento, é preciso garantir que toda narrativa e memória originadas a partir da sua existência se fortaleça e se enraíze. É preciso estabelecer novas metas e novos paradigmas para sua gestão democrática e participativa, de forma a permitir que o desenvolvimento institucional

ocorra tendo como protagonista um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento. A diversidade de valores e demandas educacionais dos *campi* do IFRS têm sido a marca incontestada de uma instituição que se propõe a respeitar a educação pública e gratuita em todos os seus níveis e modalidades, de acordo com o que prevê a legislação que o rege e que é o seu DNA.

A natureza institucional do IFRS distingue-se pela capilaridade e interiorização, estando presente em 16 municípios do Rio Grande do Sul, o que o leva a atender a diferentes realidades sociais, culturais e produtivas. Para além da democratização do ensino, fazendo-se presente em localidades que jamais contaram com o acesso à educação profissional pública, o IFRS assume como desafio incidir no desenvolvimento dos territórios em que se faz presente, alinhando a pesquisa, o ensino e a extensão aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais. Busca, dessa forma, atender as especificidades e demandas das comunidades e contribuir como o desenvolvimento desses arranjos onde não estão consolidados. Para isso, conta com um planejamento do desenvolvimento institucional e de oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades.

A gestão democrática é uma característica do IFRS, praticada de forma paritária entre os três segmentos que compõem a comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e possuem participação ativa na gestão, fazendo-se presentes em diferentes instâncias colegiadas e fóruns deliberativos, incluindo os CONCAMPs – instância deliberativa máxima de cada *campus* - e o CONSUP - instância deliberativa máxima da Instituição. O CONSUP conta ainda com membros externos à comunidade acadêmica, trazendo o controle social e a perspectiva da comunidade envolvente para dentro da Instituição. Os planejamentos institucionais ocorrem de forma colaborativa, com participação da comunidade acadêmica, e a gestão financeira e patrimonial é realizada de forma a garantir o caráter público e a gratuidade do ensino, respeitando rigorosamente os princípios da administração pública.

O IFRS valoriza a educação em todos os seus níveis, atuando no ensino básico através dos cursos integrados e do PROEJA; na formação técnica concomitante e subsequente ao ensino médio; nos cursos superiores de tecnologia, bacharelados, cursos de formação docente e licenciaturas; na pós-graduação. Em observância a determinações legais, deve cumprir o

percentual mínimo de 50% das matrículas no ensino básico, 20% das matrículas em cursos de formação docente e 10% das matrículas em cursos na modalidade PROEJA. Desenvolve, ainda, cursos de formação inicial e continuada, em sintonia com os eixos tecnológicos presentes em cada *campus*.

O ensino no IFRS é orientado filosoficamente pelo PPI e operacionalizado através de uma OD. Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é buscada através da Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos por um quadro de servidores altamente qualificados. Essas três dimensões devem assumir o compromisso com os princípios da democratização do ensino, da inclusão em todas as suas formas, da pluralidade de ideias, livre expressão do pensamento, respeito à diversidade e, por fim, assumir o compromisso com a própria transformação social. Nesse intuito, a Formação Cidadã precede a formação para o trabalho, buscando através da educação para a emancipação e autonomia a construção de sujeitos críticos, conhecedores de seu papel no mundo do trabalho e nas relações de produção, comprometidos com a superação das desigualdades historicamente estruturadas.

A pesquisa no IFRS busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, só é válido quando se torna acessível às comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado à atividade extensionista. A extensão desenvolve a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos locais, promovendo a transferência tecnológica e de saberes, em harmonia com os saberes populares ou não formais. Ambas – pesquisa e extensão - podem ser aprimoradas através de incubadoras tecno-sociais e polos de inovação, buscando o desenvolvimento de tecnologias de forma articulada entre a Instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras em pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, contribuindo para o desenvolvimento integrado e sustentável.

Para tanto, o desenvolvimento institucional deve traduzir em seus planejamentos as vocações ora explicitadas, garantir o cumprimento das atribuições legais instituídas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e de todas as demais que recaem sobre sua finalidade educacional. E, ao fim, orientar-se objetivamente pelo compromisso social com o projeto nacional de desenvolvimento e superação das desigualdades, atuando em cooperação com as

demais unidades de ensino que constituem a Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica brasileira.

Para isso, apresentamos o nosso PDI 2019-2023, cujas ações estão pautadas na importância da formação profissional, do atendimento às camadas sociais que necessitam cada vez mais de oportunidades para poderem se inserir no Mundo do Trabalho, ações essas que não podem prescindir do vínculo inequívoco entre ensino, pesquisa e extensão.



Figura 1 - Distribuição geográfica dos campi

1.1 Missão, Visão e Valores do IFRS

MISSÃO

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais.

VISÃO

Ser referência em educação, ciência e tecnologia como uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social.

VALORES

Equidade e justiça social

Democracia

Cooperação

Solidariedade

Sustentabilidade

Ética

Desenvolvimento Humano

Inovação

Qualidade e Excelência

Autonomia

Respeito à diversidade

Compromisso social

1.2 Princípios e Finalidade do IFRS

Os princípios e finalidades do IFRS são definidos em seus documentos norteadores. O IFRS, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II - Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;

V - natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;

VI - inclusão social de pessoas afrodescendentes, indígenas e em situação de vulnerabilidade social.

O IFRS tem as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a Verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IF;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e científica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

VIII - qualificar-se como centro de pesquisa em metodologias de ensino e currículo para educação básica e profissional;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e à inclusão social;

X - desenvolver ações de extensão e de divulgação científica, tecnológica e cultural.

Segundo o Regimento Interno do IFRS (2017), para o desenvolvimento das finalidades propostas, são elencados os seguintes objetivos:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – desenvolver ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir com processos educativos na formação profissional, voltados ao empreendedorismo, objetivando a inovação e a solução de problemas sociais, científicos e tecnológicos;

IV – formar recursos humanos para a pesquisa, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidos em articulação indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão, ao longo de toda a formação profissional;

V – instituir processos educativos, esportivos, artísticos, culturais e científicos a partir da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre o IFRS e a sociedade;

VI – realizar processos educativos que estimulem o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

VII – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o Mundo do Trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimento;

VIII – estimular e apoiar processos educativos, que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

IX – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

1.3 Ensino

O IFRS, tendo em vista a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, atua na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a

diferentes eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Os cursos atualmente ofertados são listados a seguir de acordo com o nível.

Cursos de Ensino Médio Integrado

Administração

Agropecuária

Automação Industrial

Desenvolvimento de Sistemas

Eletrônica

Eletrotécnica

Fabricação Mecânica

Geoprocessamento

Informática

Informática para Internet

Lazer

Manutenção e Suporte para Informática

Mecânica

Meio Ambiente

Multimídia

Plásticos

Produção de Áudio e Vídeo

Química

Refrigeração e Climatização

Viticultura e Enologia

Cursos PROEJA

Administração

Comércio

Cuidado de Idosos

Manutenção e Suporte em Informática

Recursos Humanos

Refrigeração e Climatização

Cursos Subsequentes

Administração

Agropecuária

Alimentos

Automação Industrial

Biblioteconomia

Biotecnologia

Contabilidade

Cooperativismo

Eletrônica

Eletrotécnica

Enfermagem

Eventos

Fabricação Mecânica

Finanças

Geoprocessamento

Guia de Turismo

Hospedagem

Informática

Instrumento Musical

Logística

Manutenção e Suporte para Informática

Mecânica

Meio Ambiente

Metalurgia

Modelagem do Vestuário

Panificação

Plásticos

Processos Fotográficos

Qualidade

Química

Redes de Computadores

Refrigeração e Climatização

Registros e Informações em Saúde
Secretariado
Segurança do Trabalho
Serviços Públicos
Tradução e Interpretação de Libras
Transações Imobiliárias

Cursos Concomitantes

Agropecuária
Informática
Manutenção e Suporte em Informática
Meio Ambiente
Processos Fotográficos
Produção de Moda
Qualidade
Viticultura e Enologia

Cursos Concomitantes/Subsequentes

Administração
Redes de Computadores

Cursos Superiores de Tecnologia

Agronegócio
Alimentos
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Automação Industrial
Construção de Edifícios
Design de Moda
Eletrônica Industrial
Gestão Ambiental
Gestão Desportiva e de Lazer
Horticultura

Logística
Marketing
Processos Gerenciais
Processos Metalúrgicos
Sistemas para Internet
Viticultura e Enologia

Licenciaturas

Ciências Agrícolas
Ciências Biológicas
Ciências da Natureza (Biologia e Química)
Física
Letras (Português e Espanhol)
Letras (Português)
Letras (Português e Inglês)
Matemática
Pedagogia
Química

Formação Pedagógica de Docentes

Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional
Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional

Bacharelados

Agronomia
Ciência da Computação
Engenharia de Alimentos
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Mecânica
Engenharia Metalúrgica

Engenharia Química

Zootecnia

Pós-graduação *Lato sensu*

Atenção Domiciliar com ênfase em Gestão de Redes

Docência na Educação Básica

Educação Básica Profissional

Ensino de Matemática para a Educação Básica

Ensino, Linguagens e suas Tecnologias

Gestão Empresarial

Gestão Escolar

Teorias e Metodologias da Educação

Urgência e Emergência: Gestão de Atenção no SUS

Saúde Coletiva

Produção Vegetal

Pós-graduação *Stricto sensu*

Mestrado Profissional em Informática na Educação

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais

1.4 Extensão, Internacionalização e Política de Comunicação do IFRS

A **Extensão** é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o Mundo do Trabalho, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, local e regional.

A Ação Extensionista, no contexto do IFRS, é compreendida como a prática acadêmica que interliga a própria Instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas das comunidades de abrangência de suas unidades, contribui para a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento, priorizando a superação das desigualdades sociais.

O IFRS, por meio da Política de Extensão, objetiva:

I - promover o desenvolvimento de atividades extensionistas de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em articulação com o Mundo do Trabalho e os segmentos sociais;

II - promover uma inserção qualificada das ações de extensão nos cursos da instituição, numa perspectiva interdisciplinar e indissociável das atividades de ensino e pesquisa;

III - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico sustentável, local e regional;

IV - propiciar a participação institucional em ações sociais que priorizem a superação da desigualdade e a melhoria da qualidade de vida, no âmbito das ações afirmativas;

V - incentivar o desenvolvimento de programações científicas, artístico-culturais, sociais e esportivas, envolvendo os estudantes, servidores e a sociedade;

VI - promover a transferência de tecnologias sociais, notadamente àquelas voltadas à preservação do meio ambiente;

VII - apoiar a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo;

VIII - estimular ações de extensão vinculadas ao desenvolvimento sustentável e às ações afirmativas;

IX - intensificar as relações com instituições públicas, privadas e organizações sociais para a realização de parcerias nacionais e internacionais;

X - estabelecer estratégias institucionais para assegurar o atendimento às dimensões da extensão, às suas diretrizes e à implementação de políticas públicas.

É necessário adotar uma Política de Extensão inovadora, dinâmica e comprometida com a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com projetos e programas de natureza acadêmica, de produção de conhecimento e de transformação social, para garantir sua efetiva e legítima institucionalização como atividade prevista na Constituição Federal, LDB, Plano Nacional de Educação e na própria Lei de Criação dos IFs e como possibilidade de uma instituição pública, gratuita, democrática e socialmente relevante.

A **Internacionalização** refere-se a todos esforços da Instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão; para construir competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

A Assessoria Internacional do IFRS é institucionalmente vinculada à PROEX e tem a função de assessorar as relações com instituições estrangeiras por meio de acordos bilaterais e parcerias com instituições de ensino e pesquisa. A Assessoria de Assuntos Internacionais busca promover e apoiar ações que desenvolvam a cultura da internacionalização, fomentando a vinda de alunos e servidores estrangeiros e o envio de estudantes e servidores do IFRS para instituições do exterior com as quais o IFRS tenha acordos vigentes.

Compete ao Assessor de Assuntos Internacionais:

I. apoio, em parceria com os setores competentes da instituição, à preparação e ao encaminhamento de projetos às diferentes agências de fomento nacionais e internacionais, com vistas à obtenção de recursos financeiros para atividades de cooperação internacional;

II. assessoramento aos membros da comunidade acadêmica do IFRS a respeito de atividades acadêmicas e científicas no exterior;

III. divulgação de informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais e auxílio a docentes, discentes e técnicos administrativos na busca de oportunidades acadêmicas e de aprimoramento profissional no exterior;

IV. estabelecimento de vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFRS;

V. identificação de novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da Instituição, verificando seus mecanismos de funcionamento e formas de acesso;

VI. organização de visitas e missões internacionais, com vistas à identificação de potencialidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos de interesse institucional;

VII. realização de contatos internacionais do IFRS e pelas articulações internas junto aos setores acadêmico e administrativo para viabilização das atividades;

VIII. representação do IFRS no que tange às ações internacionais;

IX. encaminhar para organismos de fomento propostas recebidas dos *campi* e acompanhar a execução das respectivas atividades;

X. apoiar ações de formação da comunidade acadêmica no que tange a línguas estrangeiras;

XI. recepcionar e orientar estudantes, servidores e pesquisadores estrangeiros em visita ao IFRS;

XII. promover eventos internacionais no IFRS, junto ao ensino, à pesquisa e à extensão;

XIII. desenvolver projetos voltados à internacionalização do IFRS;

XIV. planejar e coordenar as missões do Reitor e representantes do IFRS ao exterior.

A Política de Comunicação do IFRS foi aprovada pelo Conselho Superior do Instituto, por meio da Resolução nº 074/2015, e reúne valores, objetivos e diretrizes para o relacionamento da instituição com os seus públicos estratégicos.

O documento é resultado de um trabalho intenso e abrangente que contou com a colaboração de diversos setores da instituição. Está vinculada ao processo de gestão e à cultura do Instituto e, sendo assim, reflete os valores e os objetivos institucionais. Apresenta as diretrizes e as posturas a serem adotadas pelo IFRS no relacionamento com os públicos estratégicos, tendo como preceitos primordiais a transparência, o diálogo e o planejamento.

O conceito de comunicação é utilizado de forma ampla, com o intuito de deixar claro que comunicar é mais do que informar. Por meio da comunicação, as pessoas estabelecem relacionamentos, trocam informações e experiências, expressam sentimentos. Assim, a comunicação é entendida nesta Política como o conjunto planejado e integrado de ações, estratégias, processos, produtos e canais de relacionamento utilizados para promover a interação do Instituto com os seus públicos estratégicos.

1.5 Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Uma das finalidades e características dos IFs é realizar e estimular a pesquisa aplicada, a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29/12/08. Nesse sentido, considerando o foco na formação de cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, em um cenário globalizado e dinâmico, a pesquisa e a inovação são fundamentais em todos os níveis e modalidades de ensino. Na EBTT, a pesquisa e a inovação surgem como princípios educativos e científicos, como elementos metodológicos de diálogo com a realidade, quando se estabelece uma relação dialógica, com

estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico e questionador, para agir de forma proativa e positiva à realidade de constante mudança e transformação.

A pesquisa no IFRS é, portanto, parte de um processo educativo para a investigação, objetivando a produção de conhecimento, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com foco na pesquisa aplicada. Assim, a pesquisa se constitui como uma atividade de suma importância para a consolidação da Instituição. Vale ressaltar que, embora o foco seja pesquisa aplicada, a pesquisa básica também vem sendo desenvolvida nos IFs no sentido de atender às demandas da sociedade.

O IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, estabelece e mantém intercâmbio com diversas instituições científicas. A busca de parcerias estratégicas na área da pesquisa aplicada visa promover uma maior sinergia entre os pesquisadores e discentes do IFRS, internamente nos *campi* ou de forma multicampi, assim como entre diferentes instituições de ensino e pesquisa, e também com profissionais do setor produtivo. Além das parcerias nacionais, por meio da internacionalização, busca-se parcerias internacionais para a qualificação da pesquisa e da pós-graduação, bem como a ampliação de ambientes para a inovação, não só com a mobilidade de servidores e alunos, mas também com o desenvolvimento de projetos de pesquisa com foco na Indissociabilidade com o ensino e a extensão.

Para orientar o desenvolvimento de projetos de pesquisa no IFRS, tem-se como diretrizes gerais:

- a pesquisa como princípio educativo, indissociável do ensino e extensão;
- a pesquisa aplicada como realização prioritária;
- a busca de parcerias para a realização de projetos de pesquisa;
- o desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse econômico, social e cultural, com inserção na comunidade onde atua;
- a atuação na pesquisa com princípios éticos, humanos e de proteção ao meio ambiente.

O IFRS apresenta uma série de iniciativas que objetivam a promoção da inovação em suas ações de desenvolvimento científico e tecnológico, com a finalidade de promover o desenvolvimento local e integrado aos territórios onde atua, de forma transversal ao ensino, pesquisa e extensão. Nesse intuito, o IFRS estimula o desenvolvimento de projetos a partir de demandas da comunidade, promovendo a pesquisa aplicada e focando em produtos, serviços

ou processos inovadores. A realização de projetos em parceria com organizações públicas e privadas apresenta-se como condição primária na promoção de soluções inovadoras para a sociedade. Além de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, também é importante para a consolidação de uma cultura de inovação, o fomento e incentivo para a implantação e estruturação de habitats de inovação, como incubadoras, laboratórios de fabricação digital, espaços de coworking, centros tecnológicos, entre outros definidos no "Manual de Parcerias - Mecanismos e Instrumentos para a Dinamização de Habitats e Ecossistemas de Empreendedorismo e Inovação na RFEPC", publicado pela SETEC/MEC.

Dessa forma, promover projetos inovadores significa focar em soluções a partir de demandas da sociedade, sempre que possível desenvolvidas em parceria com outras organizações, a serem introduzidas no ambiente produtivo e social, propiciando o desenvolvimento local.

Nesse contexto, o desenvolvimento de recursos humanos altamente qualificados, capazes de realizar pesquisas avançadas é fundamental em todos os níveis e modalidades de ensino. Logo, a oferta de cursos de pós-graduação no IFRS proporciona mais um espaço para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação e busca atender o conjunto de finalidades que caracteriza os IFs de acordo com sua Lei de criação nº 11.892/2008:

“Artigo 6 – Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;”

“Artigo 7 - Observadas as finalidades e características definidas no artigo 6 desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: VI - ministrar em nível de educação superior: ... d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

A oferta de pós-graduação ocorre através de cursos *lato* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu*, denominados cursos de especialização, apresentam como objetivos: complementar a formação acadêmica; atualizar e incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no Mundo do Trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas

e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país; privilegiar a Verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão no IFRS.

A oferta de cursos *stricto sensu* no IFRS pode ocorrer através de cursos profissionais e acadêmicos. Contudo, a criação de programas de pós-graduação com a oferta de cursos de Mestrados Profissionais deve ser preponderante em relação aos cursos acadêmicos. Os cursos de Mestrados Profissionais possibilitam: a capacitação de graduados para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação; a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos; a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicá-los, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada; a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos. Nesse sentido, a natureza do mestrado profissional coaduna plenamente com o conjunto de finalidades que caracteriza os IFs.

Com base em um corpo docente qualificado e priorizando a Verticalização do ensino, o IFRS atua buscando o fortalecimento de seus cursos técnicos e de graduação e a expansão qualificada de sua pós-graduação. A oferta de pós-graduação também pode ocorrer através de parcerias com outras instituições de ensino, por meio de convênios, acordos de cooperação, em rede ou de forma associativa buscando continuamente a criação e a oferta de cursos de mestrado e/ou doutorado profissional e acadêmico cada vez mais diversificados atendendo as demandas da sociedade por cursos gratuitos e de qualidade.

1.6 Breve histórico dos campi

1.6.1 *Campus* Alvorada

A construção do *Campus* Alvorada teve origem a partir de diálogos na busca de consenso sobre os eixos tecnológicos norteadores da nova instituição que nascia. Assim, audiências públicas foram realizadas com a comunidade na busca de espaços para escutar os atores locais a respeito das ofertas de cursos e a proposta pedagógica desejada para o *Campus* Alvorada.

Em outubro de 2012 foi realizada, na Câmara de Vereadores do município de Alvorada, reunião aberta para apresentar o IF, no que tange as suas potencialidades e perspectivas, sendo,

na ocasião, formado um Grupo de Trabalho (GT) que definiu o calendário para a realização das referidas audiências.

O GT foi constituído por representantes dos empresários, dos trabalhadores, dos estudantes, dos poderes executivo e legislativo do município, por membros do governo do estado do Rio Grande do Sul e por servidores do IFRS.

Definiu-se que as audiências seriam descentralizadas, sendo efetivadas em quatro bairros diferentes da cidade com uma audiência final, em local central, para apresentação dos resultados. Observou-se que as escolas das redes públicas estaduais e municipais, bem como os setores vinculados à economia e à cultura da cidade seriam estratégicos para ocorrerem esses diálogos com a comunidade.

A metodologia de trabalho foi a mesma em todas as audiências. As atividades foram coordenadas pelos representantes do IFRS que, em um primeiro momento, apresentavam a política dos IFs, dando foco especial para o IFRS. Na segunda etapa, eram analisados estudos do perfil social, econômico e cultural da cidade e, em seguida, realizava-se uma breve apresentação dos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos da educação profissional.

O GT tabulou as indicações, verificou as possibilidades de acordo com as condições objetivas do IFRS e, após esse trabalho, pode-se identificar a predominância de interesse nos seguintes eixos: Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Desenvolvimento Educacional e Social e Produção Cultural e Design.

Dessa maneira, o *Campus* Alvorada tem construído a sua caminhada nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Cultural e Design e Desenvolvimento Educacional e Social. Na área de Ambiente e Saúde existem os cursos de Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Especialização em Saúde Coletiva. Na área de Produção Cultural e Design existe o curso Técnico Concomitante/Subsequente em Processos Fotográficos e o curso de Técnico em Áudio e Vídeo Integrado ao Ensino Médio. Na área de Desenvolvimento Educacional e Social é oferecido o curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras.

Em 28 de outubro de 2017 foi realizada audiência pública em processo conjunto entre servidores e membros da comunidade para escolha dos novos cursos a serem ofertados. Nesse encontro foram escolhidos: Técnico Subsequente em Informática, Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Comunicação: Habilitação em Mídia e Cultura.

O *Campus* Alvorada procura contribuir com o desenvolvimento da região em que está inserido, através da formação de seus egressos dos Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado, subsequente ao médio e pós-graduação, de modo a efetivar paulatinamente a sua missão institucional no que tange ao desenvolvimento local/regional.

No ano de 2018 foram elaborados os PPCs dos referidos cursos e, considerando a capacidade de oferta do *Campus*, foram feitos os seguintes ajustes: Técnico Subsequente em Informática será repensado com a comunidade, pois demanda infraestrutura que não está disponível atualmente; Bacharelado em Comunicação: Habilitação em Mídia e Cultura foi reestruturado como Tecnólogo em Produção Multimídia, está com PPC aprovado e deverá ter sua primeira turma no primeiro semestre de 2019; o curso de Licenciatura em Pedagogia está pendente de aprovação do PPC e deverá ter sua primeira turma no segundo semestre de 2019.

O município de Alvorada, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, completou 50 anos de emancipação no ano de 2015 e, através de “Indicadores socioeconômicos de Alvorada”, construídos a partir de dados apurados pelo IBGE sobre a população do município e sua escolaridade, indicam a existência de um significativo passivo educacional.

A análise dos dados econômicos mostra uma enorme prevalência do setor de serviços sobre os setores de produção industrial e agropecuária. O PIB per capita apurado para o ano de 2012 é de R\$8.599,33. Atualmente, a cidade apresenta um IDHM, apurado no ano de 2010, de 0,699.

Esses dados indicam a importância da inserção do *Campus* Alvorada para promover o desenvolvimento humano e, por consequência, o regional.

1.6.2 *Campus* Bento Gonçalves

Localizado no município de Bento Gonçalves, com população de 118.000 habitantes, integrando a Serra Gaúcha, região que compreende 33 municípios, com 943.000 habitantes.

A cidade possui uma área de aproximadamente 274 km², contando com uma forte economia. Destacam-se o polo moveleiro, o qual é referência mundial, e a área vitivinícola, em especial ao enoturismo, segmento do turismo que está em exponencial ascensão. Neste segmento ressalta-se as diversas rotas turísticas ligadas ao vinho e à imigração italiana, além de sua excelente estrutura hoteleira e de inúmeros restaurantes. Salienta-se também o perfil empreendedor da cidade, visto a grande quantidade de pessoas jurídicas e microempresas individuais que a cidade possui (14.573).

A “Capital Brasileira do Vinho”, como é conhecida Bento Gonçalves, possui um destacado IDESE, 0,831 (2015), sendo um dos principais do estado do Rio Grande do Sul e possui uma alta taxa de expectativa de vida.

Nesse contexto, o *Campus* Bento Gonçalves é uma instituição federal de ensino público e gratuito. Está instalado em uma área de 843.639 m², dividida entre a sede (76.219,13 m²), localizada em área central no Município de Bento Gonçalves, e a Estação Experimental Tuiuty (767.420 m²), distante 12 km da sede.

Em seus 59 anos de história na formação profissional, o *Campus* atende um número significativo de estudantes, oriundos de cerca de 100 municípios, sendo a maioria da Serra Gaúcha.

A Instituição foi pioneira na formação de profissionais para a vitivinicultura, tendo sido criada, em 1959, como a primeira Escola de Enologia do Brasil. Desde então, já formou cerca de 1800 profissionais na área, entre técnicos e tecnólogos em Viticultura e Enologia. Os egressos e profissionais do setor possuem também a oportunidade de realizar o curso de especialização em Viticultura.

Em 1979, a Instituição foi transformada em Escola Agrotécnica Federal. Ao longo desses anos, já foram formados mais de 2200 Técnicos em Agropecuária, contribuindo com o desenvolvimento rural de inúmeros municípios do estado.

Em 2003, a Instituição evoluiu para CEFET de Bento Gonçalves e iniciou a expansão dos cursos de tecnologia. Buscando ofertar oportunidades de continuidade de estudos aos técnicos em Agropecuária e de atender à região, foram abertos os cursos de Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Horticultura.

De forma a atender ao grande número de empresas no setor de transporte e logística, foi criado o curso de Tecnologia em Logística. Na área da gestão, a partir de 2016, passou-se a ofertar também o curso Técnico em Administração.

Na área de informática, oferta-se o curso Técnico em Informática para Internet e o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Com a criação do IFRS, em 29 de dezembro de 2008, após o sancionamento da Lei nº 11.892, o *Campus* passou a contribuir com a formação de professores, sendo ofertados os seguintes cursos: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física, Pedagogia (tanto pelo

programa PARFOR, quanto por curso regular). Em 2018 foi ofertada também a Licenciatura em Letras.

O *Campus* possui uma estreita ligação com os arranjos produtivos locais e está comprometido com o desenvolvimento econômico e social da região. Nesse sentido, a partir de 2017, passou a ofertar o curso Técnico em Hospedagem, buscando qualificar o setor de turismo, que está em franca expansão na região.

Também, em 2017, aproveitando-se o corpo docente existente e a demanda regional, foi ofertado também o curso de Agronomia, dando continuidade à Verticalização na área da Agropecuária, em que o *Campus* possui longa experiência e que é tão importante para o estado do Rio Grande do Sul.

Em nível de pós-graduação, também são oferecidos os cursos de especialização em Viticultura, especialização em Educação, Ciência e Sociedade e especialização em Ensino de Matemática para a Educação Básica.

Para desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o *Campus* possui atualmente infraestrutura contendo 24 salas de aula, três miniauditórios com disponibilidade para 30 lugares, um auditório com capacidade para 166 pessoas, salas de reuniões e de professores, espaços de atendimento ao estudante e convivência, tais como refeitório, serviço de enfermagem, departamento de tradições gaúchas, ginásio poliesportivo, cooperativa-escola, salas para diretórios acadêmicos, entre outros. Conta ainda com cinco laboratórios de informática, laboratório de análise sensorial, laboratórios de química, microbiologia e enologia, laboratório de solos, laboratório de física, cantina de vinificação, enoteca, sala de microvinificação, agroindústria, estufas, horta, coleções de plantas medicinais e ornamentais. Além desses ambientes, o *Campus* Bento Gonçalves possui em sua Estação Experimental: instalações para caprinos, suínos, coelhos, confinamento de bovinos, estábulo para bovinos de leite, ordenhadeira, silos, apiário, estufas, horta, pomar, vinhedos de produção e viveiro de porta-enxertos.

Como parte da infraestrutura do *Campus*, a Casa Acessível - local onde está o CTA congrega os núcleos de ações afirmativas, voltados ao atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas, afrobrasileiros e indígenas.

LINHA DO TEMPO DO CAMPUS BENTO GONÇALVES

Ano	Fato
1959	Foi criada a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves
1960	Iniciou as atividades letivas
1964	Passou a denominar-se Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves
1979	Foi transformada em Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves
1985	Alterou o nome para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek
1995	Aconteceu o primeiro ingresso de estudantes no curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia
2002	Foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG)
2008	Passou a compor o IFRS como <i>Campus</i> Bento Gonçalves

Quadro 1 - Linha do Tempo

Fonte: <https://ifrs.edu.br/bento/institucional/historico/>. Acesso em: 26 abr. 2018

1.6.3 *Campus* Canoas

O *Campus* está localizado no município de Canoas, que pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre e à microrregião de Porto Alegre. Canoas, fundada em 1939, conta com o terceiro maior produto interno bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e está entre os municípios mais populosos do Estado com cerca de 352.097 habitantes[1]. A região de abrangência do *Campus* Canoas compreende os municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Gravataí, Nova Santa Rita e zona norte de Porto Alegre.

O *Campus* Canoas foi criado como Escola Técnica Federal pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 e, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passou a integrar o IFRS.

O primeiro processo seletivo ocorreu em 2010/2, no qual ingressaram alunos para os cursos subsequentes de Eletrônica e Informática e para o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática/Modalidade PROEJA. No período de 2011/1, disponibilizou-se o ingresso para os cursos integrados ao ensino médio nas áreas de Administração e Informática e

para os de nível superior em Automação Industrial e Logística. O curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas teve a sua primeira seleção em 2012/2.

A partir de 2014, a novidade foi a oferta de vagas para dois novos cursos: Licenciatura em Matemática e Técnico Integrado em Eletrônica, atendendo ao estabelecido nas planilhas de metas e compromissos do TAM, elaborado em 2010, celebrado entre o MEC, por intermédio da SETEC, e o IFRS, para os fins de estruturação, organização e atuação dos IFs criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O *Campus* iniciou o ano de 2018 com a oferta dos seguintes cursos:

1. Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio;
2. Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio;
3. Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio;
4. Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (em extinção);
5. Superior de Tecnologia em Logística;
6. Superior de Tecnologia em Automação Industrial;
7. Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
8. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (PROEJA);
9. Licenciatura em Matemática.

O *Campus* está trabalhando para ofertar os seguintes cursos de especialização *lato sensu*: na área de tecnologias educacionais e formação pedagógica, visando à formação de professores do município e da região metropolitana de Porto Alegre; na área de gestão e logística. Além de outras especializações, que poderão contar também com fomento externo e que buscarão a Verticalização dos eixos e cursos existentes.

Espera-se, com isso, o desenvolvimento da pós-graduação, inicialmente através da oferta de cursos *lato sensu* e, posteriormente, com a oferta de mestrado e doutorado, possibilitando uma efetiva Verticalização da oferta de ensino na Instituição.

Adicionalmente, para os próximos períodos letivos, o *Campus* Canoas estuda ofertar semestralmente alguns cursos que, até então, eram ofertados anualmente. Também, a partir de estudo de demanda, pretende-se implantar um curso superior de Engenharia, ampliando a Verticalização da oferta de eixos e cursos já existentes.

Está prevista a oferta de cursos com financiamento de órgãos públicos, incluindo cursos para a formação continuada de professores, e a implantação gradual de cursos na modalidade de ensino a distância. O planejamento para oferta de novos cursos será realizado de forma contínua e participativa, a partir do levantamento e análise de indicadores e demandas sociais e

econômicas, sendo realizado junto a: órgãos públicos locais, como a Prefeitura de Canoas, através de sua Secretaria Municipal de Educação; órgãos públicos regionais como a Coordenadoria Regional de Educação e os COREDES; órgãos públicos federais como a SETEC, MEC, MCTIC, CAPES, CNPq; entidades empresariais e organizações da sociedade civil.

Por outro lado, o *Campus* Canoas buscará ampliar o fomento em ações e projetos de extensão, pesquisa e inovação, ampliando sua inserção científica tecnológica, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e ambiental de sua região de abrangência.

Em relação à infraestrutura do *Campus* Canoas, ela continua crescendo para atender suas demandas. Em 2018, a situação é de cinco prédios disponíveis para utilização e um em construção, descritos a seguir.

A) Administrativo: prédio que atualmente possui a maior parte dos setores administrativos. Contempla também salas de professores e coordenadores de cursos.

B) Biblioteca: este prédio, como seu nome diz, abriga a biblioteca do *Campus*, localizada no segundo piso. O restante do prédio, conforme seu planejamento, dispõe de espaço para miniauditórios, salas para estudo individuais e em grupo.

C) Convivência: este prédio atualmente abriga alguns setores administrativos, além de dispor uma área de convivência aos discentes e uma cantina como serviço terceirizado.

D) Bloco de salas de aula e laboratórios: este prédio dispõe salas de aula e laboratórios de matemática e informática.

E) Bloco de laboratórios: este prédio dispõe de laboratórios nas áreas de eletrônica, automação industrial e informática. Também sedia o setor administrativo de técnicos laboratoristas.

F) Acadêmico: este prédio está em construção, com previsão de estar disponível a partir de meados de 2019. Oferecerá salas de aula, salas para professores e incluirá gabinetes para os coordenadores de curso.

Em termos de acessibilidade, o *Campus* possui banheiros adaptados, pisos táteis instalados e totens com identificação dos prédios e salas em braile. Possui banheiros adaptados e está já em andamento a aquisição de elevadores de acessibilidade para os prédios com mais de um andar.

Em síntese, o desafio para os próximos anos é o atendimento das demandas sociais e metas institucionais, através da oferta de educação de qualidade que possibilite a comunidade

do *Campus* pleno desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão, a fim de cumprir com a missão do IFRS.

1.6.4 *Campus* Caxias do Sul

O *Campus* Caxias do Sul teve seu início com a Chamada Pública MEC/SETEC nº 1, de 2007¹, para apoio à segunda fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que tinha como objetivo a instalação de uma escola técnica em cada cidade polo do país. Tal chamada previa o envio de propostas das prefeituras municipais para estabelecer uma ordem de prioridade na implantação dessa fase. A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul doou, em 12 de dezembro de 2008, uma área de 30.000 m², situada na Rua Avelino Antônio de Souza, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, às margens da represa São Miguel, integrante do Sistema Dal Bó.

Em 20 de março de 2009 ocorreu, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, uma audiência pública para a definição dos cursos que seriam ofertados pelo *Campus*. Essa audiência contou com representantes de diversos sindicatos, patronais e de trabalhadores, empresas, instituições de ensino, poder público municipal, estadual e federal, e organizações não governamentais. Na ocasião, ficou definida a oferta dos cursos superiores: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Tecnologia em Logística e Tecnologia em Metalurgia; dos cursos técnicos: Comércio, Cozinha, Mecânica, Plásticos e Química.

Em outra audiência pública, realizada em 28 de maio de 2009, na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC), foi apresentado o projeto do *Campus*, realizado pela arquiteta Adriane Karkow e financiado pelo SIMECS, SIMPLÁS, SHRBS, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Material Plástico de Caxias do Sul e pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul e região. Com o projeto, o Aviso de Licitação nº 2, de 2009, para a construção das instalações prediais do *Campus* Caxias do Sul foi lançado em 13 de outubro, com valor orçado em R\$7.307.974,27. A concorrência foi vencida pela construtora Costa Azul com um valor licitado de R\$6.578.722,17, e as obras iniciaram em 8 de fevereiro de 2009.

Desde janeiro de 2010 até a conclusão parcial das obras, o *Campus* funcionou em uma sede provisória, em um prédio de 1.600 m², na Rua Mário de Boni, no bairro Floresta, contando com sete salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, miniauditório, sala de professores,

¹ BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 1 de 2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de Educação Tecnológica – fase II. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em 20 abr. 2018.

salas administrativas e espaço de convivência. A sede própria do *Campus* foi inaugurada em 20 de fevereiro de 2014, em um espaço de mais de 7.000 m² de área construída, incluindo os blocos A4, D e F. O Bloco A3 foi concluído em dezembro de 2014 e o Bloco A2 em dezembro de 2015.

A estrutura atual do *Campus* Caxias do Sul conta com 20 salas de aula, 14 gabinetes de professores, quatro laboratórios de informática, laboratórios de caracterização de polímeros, conformação, eletrônica e automação, ensaios mecânicos, física, fundição, matemática, metalografia, metrologia, microscopia, processamento de polímeros, química analítica e inorgânica, química geral e orgânica, soldagem, tratamento de superfícies (corrosão), tratamentos térmicos, usinagem CNC e usinagem convencional. Além desses espaços, incluem-se salas para direções, coordenações, representações estudantis, setores administrativos do *Campus*, biblioteca, auditório, cantina, copa e área de convivência.

Atualmente, o *Campus* Caxias do Sul oferta três cursos técnicos integrados ao ensino médio (Fabricação Mecânica, Plásticos e Química), um curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade PROEJA (Administração), um curso técnico na modalidade subsequente (Plásticos), uma licenciatura (Matemática), dois cursos de tecnologia (Processos Gerenciais e Processos Metalúrgicos), duas engenharias (Produção e Metalúrgica) e um Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais (intercampi: Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz). Na tabela a seguir apresenta-se o ano de início de cada um dos cursos ofertados pelo *Campus* Caxias do Sul.

Curso	Ano de início dos cursos do Campus Caxias do Sul
Licenciatura em Matemática	2010
Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica (extinto em 2015)	2010
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)	2010
Técnico em Plásticos Subsequente	2010
Tecnologia em Processos Metalúrgicos	2010
Técnico em Fabricação Mecânica Integrado ao Ensino Médio	2011

Técnico em Plásticos Integrado ao Ensino Médio	2011
Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	2011
Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais (<i>intercampi</i>)	2015
Engenharia de Produção	2017
Engenharia Metalúrgica	2017
Tecnologia em Processos Gerenciais	2017

Quadro 2 - *Campus* Caxias do Sul

Em conformidade com o documento “Perfil Sócio Econômico: Caxias do Sul” (SDE, 2014)², o município de Caxias do Sul está localizado na extremidade leste da encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil, e ocupa uma área territorial de 1.648,60 km² (0,55% da área do Estado). A história da colonização de Caxias do Sul começa em 1875 com a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região serrana. Os imigrantes, na sua maioria, eram camponeses da região do Vêneto, situada ao norte da Itália. Dois anos após a chegada dos imigrantes à sede da colônia Campo dos Bugres, como foi chamada inicialmente, recebeu a denominação de Colônia de Caxias. No dia 20 de junho de 1890, foi criado o município e, em 24 de agosto do mesmo ano, foi efetivada sua instalação. No dia 1º de junho de 1910, Caxias do Sul foi elevada à categoria de cidade.

Vários ciclos econômicos marcaram a evolução do município ao longo dos séculos XX e XXI. O primeiro deles está ligado ao cultivo da videira para consumo próprio e, posteriormente, para a comercialização. Ainda nas primeiras décadas do século passado surgiram as fábricas mecanometalúrgicas e têxteis, as quais se consolidaram como polos industriais atuantes. Foi a partir da instalação da indústria automobilística no país, no final da década de 1960, que a indústria metalmeccânica viveu sua grande fase de expansão.

A economia caxiense (SDE, 2014) é constituída por aproximadamente 34.000 estabelecimentos, sendo em torno de 6.224 empresas do setor industrial e, dentre elas, cerca de 2.094 constituem o polo metalomeccânico do município. Isso faz com que a economia do município seja a terceira do estado, com PIB de R\$ 15,69 bilhões, que coloca Caxias do Sul

² SDE. Prefeitura de Caxias do Sul, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego. **Perfil Sócio Econômico: Caxias do Sul**. Caxias do Sul, jul. 2014. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/e5078ad2-eb32-4cf5-a878-e2d7d08e093e.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

entre as primeiras 100 cidades do país, incluindo capitais, ocupando o 34º lugar. Em 2010, a renda per capita do município era de R\$ 36.034,00, enquanto a renda per capita do Estado estava no patamar de R\$ 22.244,00 (62% maior que a renda do RS). O peso maior da atividade industrial está concentrado no segmento metalomecânico. É o segundo maior polo do Brasil. No setor da microfusão, fabricam-se peças para indústria armamentista, aeronáutica, de prospecção de petróleo, autopeças, componentes agrícolas e moldes e matrizes. Na área de bens de capital, o município abriga um dos cinco maiores fabricantes de carrocerias para ônibus do mundo, e é também um dos cinco maiores fabricantes de veículos e implementos rodoviários da América do Sul.

A população de Caxias do Sul possui 470.223 habitantes, sendo a segunda maior cidade no Estado em número de habitantes, ficando depois da capital, Porto Alegre, que possui 1.472.482 habitantes (IBGE, 2014³). Atualmente, apenas parte da população é descendente dos imigrantes italianos, pois ao longo da história a cidade recebeu imigrantes de diversas etnias, vindos de outras cidades do Brasil e também do exterior. O IDESE é um índice calculado pela FEE, que avalia o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos, variando de zero a um. Em 2015, Caxias do Sul obteve índices superiores ao do estado em todos os blocos do IDESE, conforme a tabela a seguir.

	IDESE	Educação	Renda	Saúde
RS	0,751	0,698	0,739	0,817
Caxias do Sul	0,801	0,722	0,807	0,875

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2015

Fonte: FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **IDESE**: Tabelas-destaque-2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/tabelas-destaque/>>. Acesso em: 2018

1.6.5 *Campus* Erechim

A história do *Campus* iniciou no ano de 2006, quando, através de ato do MEC, foi implantada a Escola Técnica Federal do Alto Uruguai. No ano seguinte, a Instituição recebeu da Prefeitura Municipal o terreno e os prédios localizados na Rua Domingos Zanella, no Bairro Três Vendas. Em 30 de dezembro de 2008, com a sanção da Lei nº 11.892, de criação dos IFs, a Instituição passa à condição de *Campus* do IFRS. Em abril de 2009, foi realizado concurso

³ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

público visando à nomeação de professores e técnicos administrativos. O *Campus* iniciou efetivamente suas atividades em novembro de 2009, autorizado pelo MEC através da Portaria nº 126, de 29 de janeiro de 2010.

Inicialmente foram ofertados quatro cursos técnicos subsequentes ao ensino médio: Agroindústria, Mecânica, Vendas e Vestuário. No ano de 2011, foram implantados o curso Técnico em Alimentos e os cursos superiores de Engenharia Mecânica e Tecnologia em Marketing. No início de 2013, passaram a ser ofertados os cursos técnicos em Finanças e Logística e o curso superior de Tecnologia em Design de Moda. Em 2015, foram lançados dois cursos: Técnico em Modelagem do Vestuário e Bacharelado em Engenharia de Alimentos. Já, em 2016, o *Campus* Erechim passou a ofertar dois cursos na modalidade concomitante ao ensino médio: o Técnico em Informática e o Técnico em Produção de Moda.

O processo seletivo de ingresso de estudantes ocorre duas vezes ao ano. O número total de estudantes regulares passou de 188, em 2009, para 1.263 no início de 2018. Um crescimento que demonstra a confiança da comunidade na competência e qualidade do ensino proposto pelo *Campus* Erechim. A previsão é de aumento desse número com a oferta de novos cursos e a ampliação do espaço físico.

Além dos cursos de formação técnica e superior, o *Campus* também oferta, sazonalmente, cursos de extensão voltados à comunidade interna e externa, como Costura Industrial, Artesanato, Informática para a Terceira Idade, além de outros projetos e programas como Mulheres Mil e demais cursos de extensão. O *Campus* Erechim também atua em linhas de pesquisas com bolsas de fomento externo aprovadas pelo CNPq e Fapergs, além de oferecer bolsas de fomento interno através de iniciação científica ou tecnológica e auxílio à pesquisa. De 2011 até 2018 foram desenvolvidos mais de 100 projetos com fomento interno e externo, sendo muitos com parcerias, com atuação de cerca de 101 bolsistas.

Conta atualmente com 50 técnicos administrativos e 60 docentes efetivos. Até o primeiro semestre de 2018, 775 profissionais técnicos já se formaram nos cursos do *Campus* Erechim e 176 profissionais graduados nos cursos superiores, atendendo às demandas regionais. Os eixos de atuação do *Campus* são Alimentos, Mecânica, Vestuário/Moda, Gestão e Informática.

No dia 6 de março de 2012 ocorreu o lançamento oficial da obra de ampliação do *Campus* Erechim, com o Bloco III, que contemplou a Instituição com 12 novas salas de aula, laboratórios e usinas da área de Alimentos, salas para professores, técnicos, coordenações de curso, entre outros. A área total é de 3.754 m², e a inauguração ocorreu em 9 de abril de 2015.

Em abril de 2012, também iniciaram as obras do Bloco II, que abriga a biblioteca e salas de aula. A obra possui área total de 1.248 m² e foi inaugurada em 27 de junho de 2014. Também, em 2012, no mês de julho, iniciaram-se as negociações para a compra do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora da Consolata, antigo Dom e Escola L'Hermitage. O imóvel conta com uma área construída de 2.024 m² e área total de 13.887 m², lindeiro ao *Campus* Erechim. Atualmente a edificação possui seis salas de aula, dois auditórios, salas administrativas, salas de professores, área de convivência, quadra de esportes, campo de futebol e estacionamento, entre outras áreas, que podem ser utilizadas por servidores e estudantes. Com a aquisição desse espaço, foi possível expandir os cursos previstos, além de propiciar o espaço necessário às áreas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão a toda a comunidade acadêmica.

Em julho de 2014, foi iniciada a obra de construção do Bloco V, que abriga salas de aula e laboratórios da área de Mecânica. O prédio possui área total de 700,57 m² e foi inaugurado em 26 de julho de 2016.

O *Campus* Erechim atua numa região desenvolvida, sendo que o município de Erechim é polo da região do Alto Uruguai e sede da AMAU e Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai. A região caracteriza-se por uma forte atuação no agronegócio, incluindo ainda o setor de serviços e tecnologia da informação e áreas industriais de diversos ramos, com destaque para o metalmeccânico e vestuário.

A constituição socioeconômica do *Campus* de Erechim caracteriza-se por uma região desenvolvida, com bom nível econômico das famílias, demanda discente oriunda de regiões com bom poder aquisitivo em geral e que estão inseridas num contexto econômico de nível acima da média no RS. Contudo a região de abrangência também é caracterizada pela presença de pequenos municípios, ainda com carência de opções de trabalho e uma parcela do corpo discente oriundo de famílias de pequenos agricultores.

A região do Alto Uruguai é também caracterizada pela presença de algumas IESs, que oferecem opções de licenciaturas e bacharelados, mas sem atuação efetiva no ensino técnico e tecnológico. Isso demonstra um nicho de atuação bastante interessante para a Instituição. A inserção e a atuação do *Campus* têm auxiliado na promoção do desenvolvimento socioeconômico, no desenvolvimento integral do cidadão, na equidade e na competitividade econômica.

1.6.6 *Campus* Farroupilha

A cidade de Farroupilha está localizada na região metropolitana de Caxias do Sul, é a terceira maior cidade da Serra Gaúcha com 63.635 habitantes (IBGE, 2010) e tem seu nome em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha. Emancipou-se da cidade de Caxias do Sul em 11 de dezembro de 1934. A cidade é considerada o “Berço da Imigração Italiana” no Rio Grande do Sul e sua cultura é fortemente baseada em hábitos de imigrantes italianos que colonizaram essa região. É também a “Capital Nacional da Malha” e maior produtor de uvas moscatéis do Brasil. Possui uma área total de 361,684 km², dispondo de diversas formas de economia, como indústrias, serviços, comércio e agricultura.

Farroupilha destaca-se pela economia diversificada, sendo a indústria a maior responsável pelo crescimento, com 59% de participação na qual o setor metalmeccânico é um dos expoentes. Outros setores como comércio e agricultura também contribuem para o crescimento do município.

A região nordeste do Rio Grande do Sul concentra indústrias de grande porte nos setores de metalurgia e de material de transporte, com destaque para a produção de veículos comerciais, de implementos rodoviários e agrícolas. Nela concentram-se as mais importantes fabricantes de ferramentas e moldes para processamento de polímeros, injeção e fundição de materiais ferrosos e não ferrosos, bem como apresenta expressiva participação na fabricação de peças e componentes técnicos para todos os setores da economia brasileira e para exportação. Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves, principais cidades da região, possuem juntas o maior número das empresas, destacando-se os setores metalmeccânico, de material elétrico, de vestuário, de calçados, plásticos, alimentação, moveleiro, vinícola, gráfica, coureiro e outros. Ressalta-se que a cidade de Farroupilha é considerada o principal polo Malheiro do estado. O PIB da cidade de Farroupilha, per capita, é de R\$ 41.143,57, em 2015 (FEE, 2018) e o IDHM é de 0,777 (ATLAS BRASIL, 2013).

O *Campus* Farroupilha foi criado a partir da federalização da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR), em agosto de 2010, com a finalidade de oferecer cursos de nível médio, técnico e superior. A ETFAR era uma instituição comunitária, ligada à Fundação da Universidade de Caxias do Sul (FUCS). O projeto inicial da escola, aprovado pelo PROEP, do MEC, almejava o oferecimento de cursos principalmente na área da indústria, para atender às necessidades da região.

Em 2008, a FUCS iniciou a discussão interna quanto a possível federalização da ETFAR. Dessa forma, o MEC e, posteriormente, o IFRS foram acionados para o debate. Ao longo de 2009 realizaram-se diversas reuniões entre as instituições e a Prefeitura, com vistas a estruturar a nova proposta. Em 25 de fevereiro de 2010 implantou-se o Núcleo Avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul em Farroupilha, mediante incorporação da ETFAR, por meio do Convênio nº 016/1999 e 068/2001/PROEP, firmados entre o MEC e a FUCS. O IFRS Núcleo Avançado de Farroupilha foi aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 21 de maio de 2010. Ainda em julho de 2010 ocorreu o primeiro processo seletivo.

Atualmente, o *Campus* Farroupilha possui em pleno andamento cinco cursos técnicos: Técnico em Informática integrado ao ensino médio; Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Metalurgia, Técnico em Plásticos no Ensino Superior. Há, também, os cursos de Tecnologia em Processos Gerenciais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em 2011 implementou-se o curso de Formação de Professores para a Educação Profissional, de nível superior, voltado ao aperfeiçoamento da formação docente dos professores dedicados à educação profissional. O *Campus* também oferece o curso de pós-graduação, na categoria mestrado profissional, em Engenharia de Materiais, ofertado na modalidade semipresencial intercampi (juntamente com os *Campi* Caxias e Feliz).

Além desses, o *Campus* desenvolveu, por meio do PRONATEC, os seguintes cursos Técnicos e de FIC: em 2012, Técnico em Vendas; Inglês aplicado a serviços turísticos e Desenhista Mecânico (FIC); em 2013, Técnico em Vendas; Inglês aplicado a serviços turísticos, Espanhol, Desenhista Mecânico e Operador de Computador (FIC); em 2014, cursos FIC de Inglês aplicado à serviços Turísticos; Inglês Intermediário; Espanhol, Libras; Desenhista Mecânico; Modelista (Mulheres Mil) e Operador de Computador, além de um curso de Inglês Básico que foi ofertado na empresa Marcopolo, em Caxias do Sul.

O *Campus* Farroupilha fortalece sua missão por meio do ensino público, gratuito e de qualidade atuando de maneira expressiva na comunidade em que está inserido. São ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidos anualmente, aproximando a Instituição da sociedade e proporcionando aos participantes condições de crescimento e aprendizado.

1.6.7 *Campus* Feliz

O *Campus* Feliz, unidade integrante da estrutura do IFRS, está localizado na região do Vale do Rio Caí, cuja área compreende 1.850 km² com 19 municípios e uma população com cerca de 194.000 habitantes. Os municípios da região são majoritariamente de colonização alemã e destacam-se pela fruticultura (principalmente pela produção de cítricos, morangos e amoras) e pela produção de cerâmica tradicional. Além disso, o Vale do Rio Caí concentra um número considerável de empresas que atuam na área metalmecânica, plásticos, têxtil, alimentos, entre outras.

Criado pela Lei nº 3.726, de 17 de fevereiro de 1959, o município de Feliz, onde está situado o *Campus*, pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre e à microrregião de Montenegro, compreendendo uma área de 96 km². De acordo com o último censo do IBGE em 2010, a população de Feliz é de 12.359 habitantes, sendo 9.416 habitantes (76,2%) da região urbana e 2.943 habitantes (23,8%) da rural. A estimativa populacional do ano de 2017 foi de 13.273 pessoas.

Além disso, a cidade de Feliz apresenta IDHM de 0,750 (IBGE,2010), tendo uma Expectativa de Vida ao Nascer de 75,8 anos (FEE, 2010) e um PIB de R\$ 359.527.970,00 (IBGE, 2015). A economia é baseada na agricultura caracterizada pela pequena propriedade familiar com a produção de hortifrutigranjeiros, cítricos, silvicultura e flores, como os maiores expoentes da região nesse setor.

No que se refere à educação pública estadual, o município de Feliz/RS está vinculado à 2ª CRE, localizada em São Leopoldo. Em sua região de abrangência, os últimos dados da 2ª CRE apontam que o índice de alfabetização chega a 96,85%. Já, os dados do último censo do IBGE (2010) mostram que a taxa de escolarização do município de Feliz é de 98,9 %, considerando a idade de 6 a 14 anos.

Com relação ao histórico do *Campus* Feliz, vale dizer que a proposta inicial surgiu da organização de um grupo de cidadãos da região que criaram uma instituição sem fins lucrativos: a Fundação Educacional do Vale do Rio Caí. Em virtude de dificuldades em executar as atividades educacionais propostas pela Fundação, em 24 de março de 2008, foi firmado um

Termo de Compromisso de Federalização com a União para alterar o perfil jurídico da instituição, o que possibilitou o ensino público e gratuito. Com isso, a Fundação passou a ser parte integrante da estrutura do CEFET-BG como uma unidade descentralizada.

No ano do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2008, foram criados os IFs, sendo que, no segundo semestre de 2009, a unidade de Feliz passou a ser de responsabilidade do *Campus* Bento Gonçalves, transformando-se, assim, no Núcleo Avançado de Feliz. Nesse núcleo, as primeiras turmas foram do curso Técnico em Administração subsequente ao ensino médio e iniciaram no dia 7 de agosto de 2008.

Em 2010, o Núcleo de Feliz passa por um reordenamento e se torna o *Campus* Avançado de Feliz, sendo inaugurado em Brasília, no dia 1º de fevereiro daquele ano. Na solenidade, estiveram presentes o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva; o então Secretário da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco; a então Reitora do IFRS, Claudia Schiedeck Soares de Souza; o então Diretor-geral do *Campus* Avançado de Feliz, Luis Carlos Cavalheiro da Silva; o então prefeito de Feliz, César Luiz Assmann.

Pouco mais de três anos depois da inauguração, com a publicação da Portaria Ministerial nº 330, de 23 de abril de 2013, e sob a direção de Giovani Forgiarini Aiub, o *Campus* deixa o estatuto de unidade avançada e se torna o *Campus* Feliz. Com isso, passa a ter orçamento próprio e consegue ampliar a estrutura física, o número de técnicos administrativos e de docentes, aumenta ainda a oferta de cursos para a população.

Atualmente o *Campus* Feliz atua nos eixos de Produção Industrial (Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio); Ambiente e Saúde (Técnico em Meio Ambiente); Gestão e Negócios (Tecnólogo em Processos Gerenciais) e Informação e Comunicação (Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Informática integrado ao ensino médio). Oferece também os cursos de Bacharelado em Engenharia Química, Licenciatura em Química e Licenciatura em Letras – Português e Inglês. Além disso, o *Campus* ainda oferece dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: especialização em Gestão Escolar e MBA em Gestão Empresarial e Empreendedorismo; um curso *stricto sensu*, através do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Engenharia de Materiais (PPG-TEM), curso de mestrado profissional com uma estrutura *multicampi* (Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz).

Portanto, é nesse contexto que o *Campus* Feliz está inscrito, sempre com o objetivo de desenvolver cidadãos capazes de realizar o desenvolvimento sustentável da região e de se

inserir no mercado de trabalho, proporcionando aos educandos formação técnica e científica articulada com um posicionamento crítico.

1.6.8 *Campus* Ibirubá

O *Campus* Ibirubá está situado na cidade de Ibirubá, localizada na região do Alto Jacuí, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Mesorregião) e Microrregião de Cruz Alta, distando 298 km de Porto Alegre. Ibirubá é um referencial para a região do Alto Jacuí, tendo sua economia baseada na indústria metalmeccânica, agricultura e pecuária, comércio e prestação de serviços.

O *Campus* foi criado a partir da federalização da ETAJ, cujo termo foi assinado em solenidade realizada aos 06 de junho de 2009. A realização da federalização tornou-se possível através da doação, pelo município, de todo o complexo da ETAJ ao IFRS, contendo uma infraestrutura de mais de 5000 m² em construções. Além da estrutura de móveis e equipamentos, também houve a incorporação da área agrícola, de cerca de 90 hectares doada pelo Patrimônio da União.

A publicação da assinatura do Termo de Compromisso no Diário Oficial da União ocorreu no dia 30 de novembro de 2009, com vistas à implantação do *Campus* Avançado. O IFRS assumiu efetivamente a antiga ETAJ no dia 01 de fevereiro de 2010. Por fim, foi sancionada, em 23 de abril de 2013, a Portaria nº 330, a qual alterou o nome da instituição de IFRS *Campus* Avançado de Ibirubá para IFRS *Campus* Ibirubá, sendo a mesma publicada no dia 24 de abril de 2013, no Diário Oficial da União.

O *Campus* Ibirubá começou sua jornada letiva no segundo semestre de 2010, possuindo, em sua grade inicial, cursos técnicos na modalidade concomitante e subsequente, nas áreas da Agropecuária, Informática e Eletromecânica. Em 2011, teve início a oferta de cursos na modalidade integrado, nas áreas de Informática, Mecânica e Agropecuária; na modalidade subsequente, nas áreas da Eletrotécnica e Mecânica; no nível superior, com a oferta da Licenciatura em Matemática. Em 2012, foi incluído mais um curso superior, o de Tecnologia em Produção de Grãos, que foi extinto em 2017. No ano de 2014 teve-se o primeiro curso de Bacharelado, o de Agronomia. Novos cursos de bacharelado foram oportunizados nas áreas da Mecânica e Computação no ano de 2015. No mesmo ano, entrou em vigor o primeiro curso em nível de pós-graduação, o de especialização em Ensino, Linguagens e suas Tecnologias.

Atualmente o *Campus* Ibirubá possui cursos nas seguintes áreas de atuação: Agricultura

e Agropecuária, Metalmecânica, Elétrica, Tecnologia da Informação e Educação. Os cursos são ofertados em três níveis de ensino, conforme segue abaixo:

Cursos Técnicos:

1. Curso Técnico em Agropecuária Integrado;
2. Curso Técnico em Informática Integrado;
3. Curso Técnico em Mecânica Integrado;
4. Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente;
5. Curso Técnico em Mecânica Subsequente.

Cursos Superiores:

1. Bacharelado em Agronomia;
2. Bacharelado em Ciência da Computação;
3. Bacharelado em Engenharia Mecânica.
4. Licenciatura em Matemática.

Cursos de Especialização:

1. Ensino, Linguagens e suas Tecnologias.

A região atendida pelo *Campus* Ibirubá compreende em torno de 14 municípios, com uma população de aproximadamente 160.000 habitantes, sendo que destas, 84% residem em áreas urbanas e 16% em áreas rurais. O município mais populoso é o de Cruz Alta, com mais de 63.000 habitantes, seguido por Ibirubá, Não-Me-Toque e Salto do Jacuí com populações de 20.973, 17.655 e 11.385 habitantes, respectivamente, conforme censo de 2016. Os 10 municípios restantes da região são de pequeno porte, apresentando populações abaixo de 10 mil habitantes.

As principais atividades econômicas da região são a agrícola e a metalmecânica, tendo como destaque, a nível nacional e internacional, diversas empresas do ramo, principalmente ligadas a área de implementos agrícolas. Também se destaca a criação de bovinos e o cultivo de grãos.

A região Alto Jacuí apresentou, em estudo realizado em 2012 pelo COREDE Alto Jacuí, um PIB de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões, o que representava 1,9% do total do estado, com os municípios de Ibirubá e Não-Me-Toque apresentando os maiores índices da região.

Ainda, conforme o COREDE Alto Jacuí, a agropecuária é responsável por 11,9% das atividades representativas do Valor Adicionado Bruto da Região, com o cultivo da soja em grão

representando a principal fonte agrária; a indústria representa 17,6% das atividades representativas do Valor Adicionado Bruto da Região; por fim, o setor de serviços destaca-se por 70,5% das atividades representativas do Valor Adicionado Bruto da Região, sendo o Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação o principal segmento desse setor.

A região apresenta IDESE de 0,768, superior ao estadual, dentre os quais destacam-se as cidades de Não-Me-Toque, com índice de 0,825; Ibirubá, com 0,817; Lagoa dos Três Cantos, com 0,814; Colorado, com 0,800, considerados como nível de desenvolvimento alto.

Segundo dados da RAIS do MTE, em 2013, havia 38.326 empregados, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário. Em relação ao conjunto do estado, o Alto Jacuí apresenta uma proporção substancialmente maior de empregados no setor primário, o que reflete a importância da agropecuária na região. Os empregos da indústria de transformação, principalmente as atividades de fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação de produtos alimentícios e químicos, são responsáveis por um número representativo na região, e estão distribuídos principalmente entre as cidades de Não-Me-Toque, Ibirubá, e Cruz Alta.

A região do Alto Jacuí também possui cooperativas ligadas à produção de grãos e laticínios e à criação de bovinos e suínos. Nesse sentido, apresenta uma tradição associativista entre os produtores da região, o que pode facilitar a difusão de tecnologias no setor agropecuário. A cidade de Ibirubá possui a maior bacia leiteira da região do Alto Jacuí. Além disso, a agricultura familiar também é uma atividade bastante representativa na região, proporcionando a produção de legumes, flores, frutas, mel, ovos e peixes.

Além do IFRS, no âmbito público de educação, a região conta com uma unidade da UERGS, situada na cidade de Cruz Alta. Dispõe ainda de uma Instituição Comunitária de Educação Superior, a UNICRUZ, também situada na cidade de Cruz Alta, além de polos presenciais de instituições privadas de ensino.

O *Campus* Ibirubá tem uma significativa representação junto à comunidade regional e desempenha papel relevante no apoio às demandas específicas da região do Alto do Jacuí, por meio dos cursos que dispõe e das parcerias que desenvolve com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino.

1.6.9 *Campus* Osório

A instalação de um *Campus* no Litoral Norte do RS fez parte da segunda fase do plano de expansão da Rede Federal. No dia 24 de abril de 2007 foi feito ao Governo Federal o

encaminhamento da proposta para a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Osório, diante da oportunidade e do interesse do município, articulados em conjunto com a prefeitura e a comunidade.

As aulas iniciaram em 2 de agosto de 2010, em sede provisória cedida pela prefeitura e reformada para receber os alunos, localizada na rua Machado de Assis, 1456 - bairro Sulbrasileiro, no prédio onde funcionava a Escola Municipal Osvaldo Amaral.

Atualmente, em sede própria, o *Campus* está localizada na Rua Santos Dumont, 2127 - bairro Albatroz, Osório/RS, e estudam na Instituição em torno de 880 discentes nas diferentes modalidades e turnos de funcionamento. Nos próximos anos, o objetivo é atender até 1.200 alunos. A Instituição dispõe de 104 servidores, entre professores e técnicos administrativos. Além das atividades didáticas, a escola desenvolve atividades nas áreas de pesquisa e extensão junto aos alunos e à comunidade externa.

O *Campus* Osório atua nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação; Turismo; Hospitalidade e Lazer; Produção Alimentícia; Gestão e Negócios. Existe a priorização para a oferta verticalizada dos cursos técnicos e de tecnologia o que possibilita a otimização dos recursos humanos e infraestrutura e favorece o itinerário formativo dos estudantes.

Seu objetivo é promover educação científica, tecnológica e humanística de qualidade, visando à formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes, competentes técnica e eticamente, comprometidos efetivamente com as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais.

O *Campus* oferece atualmente os cursos nas modalidades e níveis a seguir:

1. Médio Integrado ao Ensino Médio:
 - a. Técnicos em Administração
 - b. Técnico em Informática
2. Subsequente ao Ensino Médio:
 - a. Técnico em Administração
 - b. Técnico em Panificação
 - c. Técnico em Eventos
3. Superiores de Tecnologia:
 - a. Tecnologia em Processos Gerenciais
 - b. Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
4. Superiores de Licenciatura:
 - a. Licenciatura em Letras Português/Inglês

b. Licenciatura em Matemática

5. Curso EAD:

a. Técnico em Guia de Turismo

6. Curso de Especialização.

a. Educação Básica Profissional

O Rio Grande do Sul é rico em sua diversidade cultural e proporciona consideráveis atrações turísticas, do Pampa às Missões, da Serra ao Litoral. O litoral do estado é um dos destinos tradicionais de veraneio, mas que atrai a atividade turística o ano todo.

O *Campus* Osório tem abrangência regional, estando situado na área do COREDE Litoral que é composta por 21 municípios, ocupa uma área total de 7.115,8 km² (2015)⁴ e que somam mais de 334.000 habitantes⁵ (2016). A região apresenta aspectos socioeconômicos semelhantes, apresentando um arranjo produtivo que se reflete na forma de organização do espaço regional.

A cidade mais próxima da capital é Osório, distante cerca de 100 quilômetros de Porto Alegre com acesso pela rodovia BR-290 (FreeWay). As cidades da região se interligam, principalmente, pelas rodovias BR-101, RST-101, RS-030 e RS-389 (Estrada do Mar). O município de Osório possui importância para o desenvolvimento regional, principalmente na área da educação, em razão da disponibilidade de escolas técnicas e faculdades, bem como em função da qualificação no setor de serviços.

Os dados relacionados à educação básica no Litoral mostram que a região tem um desafio educacional: na idade esperada para o ensino médio, entre 15 a 17 anos, 81,57% dos jovens frequentam escolas e 52,43% estão no nível desejado.⁶ Portanto, o *Campus* Osório pode fomentar o desenvolvimento regional através da qualificação profissional, principalmente por políticas educacionais focadas no aperfeiçoamento técnico e de qualificação de professores da rede educacional do Litoral.

Dentre todas as regiões do estado, o Litoral é a região do estado que apresenta o maior crescimento populacional. De acordo com censos, no período de 2000 a 2010, o percentual de crescimento da região foi de 21,64%⁷ (IBGE, 2011), o crescimento mais expressivo ocorre em

4 FEE. Corede Litoral. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>> Acesso em 19 de abril de 2018.

5 FEE. Corede Litoral. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>> Acesso em 19 de abril de 2018.

6 Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul Departamento de Planejamento. Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010. Porto Alegre, 2010.

7 Ramos, Alexandre Costa. O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TERRITÓRIO E ENFOQUE CONVENCIONAL. Disponível em: <<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/gestao/article/view/51>> Acesso em 23 de abril de 2018.

municípios litorâneos. A distribuição demográfica tem uma proporção de 86% da população em áreas urbanas e 14% da população em áreas rurais (2010)⁸ e apresenta uma densidade demográfica de 43,2 hab/km² (2013)⁹.

O elevado crescimento populacional vem ocorrendo principalmente por influência de movimentos migratórios e, dessa forma, cresce também a demanda por serviços e infraestrutura. O grande fluxo de pessoas para o Litoral gaúcho tem resultado na informalidade dos empregos, com baixa geração de renda, dificuldades na prestação de serviços públicos, e, na organização territorial, problemas de habitação e saneamento¹⁰ (2015). Deve-se considerar que, além do crescimento populacional, a região recebe grandes fluxos de população temporária que se destinam às praias em virtude da dinâmica sazonal no período de veraneio.

Essa característica singular do litoral gaúcho proporciona uma demanda elevada pelos serviços regionais, além de possibilitar um potencial para as atividades comerciais. Entre dezembro a fevereiro, há uma demanda por serviços qualificados na área de hotelaria, gastronomia e do turismo regional, principalmente nos balneários. Além disso, é nesse período que há um aumento na renda média ocasionada por turistas e veranistas, em vista do recebimento dos proventos através do pagamento do décimo terceiro salário. Outras atividades beneficiadas diretamente por essa sazonalidade são os ramos da construção civil, imobiliário, alimentício e moveleiro.

Em 2015, o PIB do Litoral foi de R\$ 7,5 bilhões, o que representa apenas 1,96% do PIB do Rio Grande do Sul. O PIB per capita também se manteve abaixo da média estadual, na ordem de R\$ 22.083,38¹¹ para o mesmo período. Em geral, a região se caracteriza por uma atividade econômica de produtos com baixo valor agregado, o que se reflete no desenvolvimento socioeconômico regional.

A economia local está majoritariamente baseada na prestação de serviços, os segmentos mais representativos são a Administração Pública, com 37,9%, principalmente em Osório, Capão da Canoa e Tramandaí. As atividades imobiliárias e aluguéis, com 21,5%, em Capão da Canoa e Tramandaí. E o comércio e serviços de manutenção e reparação, com 13,7%, com predominância em Osório.

8 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. PERFIS SOCIOECONÔMICO. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>> Acesso em 25 de abril de 2018.

9 FEE. Corede Litoral. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>> Acesso em 19 de abril de 2018.

10 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. PERFIS SOCIOECONÔMICO. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>> Acesso em 25 de abril de 2018.

11 IBGE/FEE. PIB dos municípios do RS em 2015. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>> Acesso em 25 de abril de 2018.

Os municípios de Osório e Tramandaí possuem parques de geração de energia eólica. A primeira com 150 aerogeradores¹² (2017), com capacidade de geração para abastecer Porto Alegre e a região metropolitana. A segunda, com 31 aerogeradores¹³ (2012) suficientes para gerar energia para uma cidade de mais de 200.000 habitantes.

Do ponto vista do desenvolvimento social, os municípios do Litoral ainda apresentam índices relativamente abaixo da média estadual, sendo o IDHM médio da região de 0,712, enquanto o estado do Rio Grande do Sul apresenta uma média de 0,746. O índice de Gini da renda domiciliar per capita é de 0,4881 para a região. O índice de Theil-L 2000-2010 do Litoral apresentou a menor redução do estado, passando de 0,62 para 0,51. Uma redução de - 0,08 enquanto a redução média estado e união foi -0,11 para o período.

1.6.10 *Campus* Porto Alegre

O Campus Porto Alegre do IFRS está localizado na capital do Estado, um município que apresenta, segundo o IBGE (2017), população de 1.409.351 habitantes, distribuída em uma área de 486.592 km².

O PIB do município, a preços do mercado, é de R\$ 8.765.175.966 (13% do estado), perfazendo um PIB per capita de R\$ 6.568. Em termos de atividade econômica de Porto Alegre, a mesma está concentrada nos setores de serviços, comércio e numa menor proporção na produção industrial. Além disso, na cidade se efetivam muitas relações econômicas que tem origem na RMPA[2], em especial, relativas às cidades vizinhas, porque em Porto Alegre estão também localizadas várias matrizes e escritórios de representação de grandes grupos empresariais do estado.

Outro destaque é que a RMPA concentra as atividades mais dinâmicas do setor produtivo estatal, contribuindo com uma taxa superior a 41% do PIB do estado, sendo que o seu setor secundário constitui mais da metade do valor agregado da indústria no estado.

Na RMPA, conforme dados da PED ^[3], a região vem apresentando uma trajetória em geral contínua de diminuição das taxas de desemprego. Isso se deve, em grande parte, às oportunidades oferecidas especialmente no setor de serviços que tem mantido um nível de

12 JORNAL NH. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/04/vida/turismo/2097270-complexo-eolico-de-osorio-e-atracao-para-conhecer-de-perto-no-litoral-norte.html> Acesso em 23 de abril de 2018.

13 GID. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/04/vida/turismo/2097270-complexo-eolico-de-osorio-e-atracao-para-conhecer-de-perto-no-litoral-norte.html> Acesso em 23 de abril de 2018.

emprego e remuneração média estável, mesmo em situações de recessão como a atual, e do nível de qualificação da população.

Nesse sentido, o papel do *Campus* Porto Alegre é imprescindível ao oferecer formação pública, gratuita e de qualidade tanto para a capital quanto para a RMPA, além de estar localizado na região central da cidade.

Considerando que o *Campus* Porto Alegre atende a um grande quantitativo de alunos devido a sua localização privilegiada no centro da cidade, que garante acesso fácil à sede institucional através de uma rede ampla de transporte público (ônibus e Trensurb) acessível aos seus alunos tanto da capital como da RMPA.

O *Campus* Porto Alegre tem sua origem vinculada à antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, no ano de 2009, passou por um grande processo de transformação, desvinculando-se da UFRGS e passando a denominar-se *Campus* Porto Alegre do IFRS.

À época da desvinculação, a antiga Escola Técnica da UFRGS já era uma instituição centenária, que havia crescido e conquistado espaço na educação do Rio Grande do Sul. Na sua criação, a então Escola de Comércio de Porto Alegre, anexada à Faculdade Livre de Direito, mantinha dois cursos: o Curso Geral e o Curso Superior. Antes de completar uma década, a Escola foi declarada “instituição de utilidade pública” e, nos anos 30, passou a integrar a Universidade de Porto Alegre, que, posteriormente, tornou-se a atual UFRGS.

Já como Escola Técnica de Comércio, oferecia o curso Técnico de Administração, criado em 1954, e o curso Técnico em Secretariado, fundado em 1958. Com o passar dos anos, mostrando ser uma instituição atenta às novas demandas de uma Porto Alegre cada vez mais desenvolvida, surgiram outros cursos técnicos: Operador de Computador, Transações Imobiliárias, Comercialização e Mercadologia, Segurança do Trabalho, Suplementação em Contabilidade e Suplementação em Transações Imobiliárias.

Com a expansão da educação profissional da UFRGS, em 1994, inaugurou-se o novo prédio, na avenida Ramiro Barcelos. E, a partir de 1996, entraram em funcionamento os cursos regulares de Técnico em Biotecnologia e Técnico em Química e os cursos pós-técnicos de Controle e Monitoramento Ambiental, Redes de Computadores e Suplementação em Processamento de Dados e Suplementação em Secretariado. Com seus novos cursos e sua nova visão do ensino técnico, em 1996, a Escola Técnica de Comércio da UFRGS passou a chamar-se Escola Técnica da UFRGS. Devido às reformulações das legislações do ensino técnico no ano de 1996, de acordo com a Lei nº 9.394 e os demais diplomas legais, a Escola Técnica passa

a ministrar, no ano de 1999, somente cursos de educação profissional, tendo como pré-requisito para ingresso a conclusão do ensino médio.

O *Campus* Porto Alegre atualmente oferece os cursos Técnicos em Administração, Biblioteconomia, Biotecnologia, Contabilidade, Instrumento Musical, Meio Ambiente, Panificação, Química, Redes de Computadores, Secretariado, Segurança do Trabalho, Transações Imobiliárias e também o curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio (PROEJA – ADM). Com relação ao ensino superior, são ofertados os cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e Química, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia, ofertado pelo PARFOR.

Entre 2014 e 2016, o *Campus* Porto Alegre ofertou cursos na modalidade a distância, incluindo os cursos Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Biblioteconomia e Técnico em Administração através do sistema Rede e-Tec Brasil.

Em 2014, o *Campus* Porto Alegre obteve a aprovação do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, o Mestrado Profissional em Informática na Educação, que teve início no segundo semestre de 2015. Outra modalidade de ensino ofertada pelo *Campus* inclui a FIC, desenvolvida no “Projeto Prelúdio”, no qual crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, participam de atividades de iniciação musical.

1.6.11 *Campus* Restinga

O *Campus* Restinga está localizado no bairro Restinga na região extremo sul do município de Porto Alegre. A região possui características bem peculiares em relação aos demais bairros da cidade. O bairro Restinga convive com o grave problema de vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público. No final da década de 1960, o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo país e implantado em Porto Alegre promoveu a remoção de significativos contingentes populacionais da região central da cidade. Os grupos que não possuíam condições de adquirir terra naquela região foram deslocados para a região da Restinga, distante, aproximadamente, 25 km do centro da cidade.

A situação dos primeiros moradores era de extrema precariedade mesmo com a previsão de implantação de conjuntos habitacionais na Restinga no projeto inicial. O intenso deslocamento populacional, aliado ao contexto de processos migratórios, levou ao surgimento de ocupações espontâneas autoconstruídas na região. Assim, a parte planejada pelo poder

público veio a ser conhecida popularmente como Restinga Nova, em oposição à Restinga Velha que se constituiu com maiores concentrações de aglomerados de moradias precárias. A Vila Restinga, como foi chamada inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como redes de água e iluminação, escolas, transporte e postos de saúde.

Foi a partir da mobilização dos moradores que gradualmente a população passou a usufruir de alguns benefícios. Uma característica marcante da comunidade é a contínua reivindicação de seus direitos em favor do desenvolvimento da região. De acordo com o ObservaPOA, a Restinga possui 60.729 habitantes (quantitativo contestado pela comunidade), representando 4,31% da população do município, com área de 38,56 km², representa 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.574,92 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,10 salários-mínimos (IBGE, 2014).

O abandono escolar na Restinga, de acordo com dados do ObservaPOA, é o maior do município, com 20,82% frente a média de 8,8% de Porto Alegre. A aprovação no ensino fundamental, por outro lado, é de 85,47%, e a média encontra-se em 84,7%. Os dados colocam o *Campus* Restinga como importante agente de transformação da realidade escolar e profissional do bairro.

Além disso, a Restinga é um bairro caracterizado por apresentar um amplo e diversificado mosaico cultural, com diversos artistas locais atuantes na música, nas artes visuais e nas artes cênicas. Existem também diferentes associações e entidades civis organizadas com uma forte vocação cultural, o que possibilita considerar o bairro como um importante polo cultural.

Ressalta-se ainda a articulação social de diferentes grupos com vistas à melhoria das condições de vida e da igualdade de direitos. Nesse cenário, destacam-se pautas como a equiparação étnico-racial, assim como a emancipação feminina e os direitos da mulher. Dessa forma, é perceptível que o bairro Restinga é um local de reflexão e de questionamentos, que serve como um contraponto ao status quo e à naturalização da discriminação e do preconceito.

A história do *Campus* Restinga remonta à busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga”, que iniciou em 08 de maio de 2006, com a criação da Comissão Pró-implantação dessa unidade de ensino. Esse grupo foi composto por movimentos sociais com militantes da educação, da economia solidária e das ONGs.

A mobilização da comunidade pela construção da unidade da escola (*Campus*) coincidiu com um contexto nacional de valorização da formação profissional e, também, com investimentos expressivos do Governo Federal. Desde 2005, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao MEC, passou por profunda transformação que abrangeu não somente a reestruturação física — com investimentos em obras, laboratórios, equipamentos e reformas —, mas também, a ampliação e criação de novas vagas para servidores docentes e técnicos administrativos.

No ano de seu centenário, a Rede Federal de Educação Tecnológica passou por um processo de reorganização. Com a aprovação da Lei nº 11892/08, foram criados 38 IFs, que estão presentes em todos os estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas.

Com o objetivo de fortalecer sua inserção no ensino, pesquisa e extensão, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade, os IFs devem oferecer metade das vagas ofertadas para os cursos técnicos de nível médio. Como prevê a legislação dos Institutos, em médio prazo, serão ofertados também cursos de nível superior, como Licenciaturas (20%) e cursos superiores de Tecnologia, além de cursos de pós-graduação. Além disso, a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida preferencialmente na forma integrada, além do PROEJA. Os cursos de FIC também serão ofertados no *Campus* Restinga.

A sede atual do *Campus* tem mais de 6.800 m² de área construída contando com cinco blocos, sendo que quatro deles alojam as salas de aula, laboratórios, biblioteca, refeitório e o quinto é destinado às áreas administrativas do *Campus*. Há também um prédio destinado ao almoxarifado, além de quadra poliesportiva e cancha de areia.

1.6.12 *Campus* Rio Grande

O município de Rio Grande, com uma área territorial de 2.709,522 km² (IBGE, 2016), está localizado na Planície Costeira Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Seu território compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a sudoeste da desembocadura da Lagoa dos Patos.

Com uma população estimada de 209.378 habitantes (IBGE, 2017), o município, de colonização portuguesa, foi fundado em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Com as lutas entre espanhóis e portugueses pela posse das terras, nesse mesmo ano, o

local foi escolhido para a construção do Forte de Jesus-Maria-José, tendo sido promovida a vinda de índios catequizados, famílias do Rio de Janeiro e de Laguna. Formou-se, assim, a povoação de Rio Grande de São Pedro que foi elevada à categoria de cidade em 1835.

A cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul tem ainda entre seus principais destaques:

- Praia do Cassino, popularmente conhecida como a maior praia do mundo, com 220 km de extensão e intitulada como tal inclusive na edição de 1994 do Guinness Book;
- Molhes da Barra do Rio Grande – uma das maiores obras de engenharia do mundo;
- Maior complexo portuário do sul do Brasil;
- Único porto marítimo do estado do Rio Grande do Sul;
- Sede da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e sede do 5º Distrito Naval;
- Polo industrial pesqueiro do Rio Grande do Sul;
- Universidade mais meridional do Brasil – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O *Campus* Rio Grande tem sua origem no Colégio Técnico Industrial (CTI), integrante da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O CTI foi criado em 1964 junto à Escola de Engenharia Industrial, fundada em 1956 e que se tornaria, posteriormente, a FURG.

O CTI surgiu para atender à demanda do então crescente setor industrial do município, destacando-se o setor pesqueiro. Por esse motivo, inicialmente foram criados os cursos Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Refrigeração (atual Técnico em Refrigeração e Climatização). À medida que novas demandas por profissionais surgiam na região, novos cursos técnicos foram criados. Em 1986 foi criado o curso Técnico em Processamento de Dados, atualmente denominado de Técnico em Informática para Internet. Em 2000 foram criados os cursos Técnico em Geomática (atual Técnico em Geoprocessamento) e Técnico em Enfermagem.

No que tange a Educação a Distância (EaD), o então CTI passou a oferecer cursos técnicos no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), sendo desenvolvido nessa modalidade de ensino o curso Técnico em Informática para Internet. Paralelo à Rede e-Tec, o NEAD, criado em 2005, atuou junto a SEAD da FURG na oferta das primeiras disciplinas dos cursos da UAB e também passou a coordenar a maior pós-graduação a distância ofertada pela FURG, o Mídias na Educação.

Em 2007, o CTI aderiu ao PROEJA, ofertando vagas nessa modalidade de ensino para o curso Técnico em Refrigeração e Climatização. Nesse mesmo ano, com a reestruturação da Educação Profissional, regulamentada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

(BRASIL, 2008), o CTI se desvinculou da FURG. Sua integração ao IFRS ocorreu no final de 2009, passando a ser o *Campus* Rio Grande.

Os cursos de tecnologia foram uma evolução natural dentro dessa nova instituição recém-formada. Criados enquanto ainda integrava a FURG, inseriram-se dentro da iniciativa do REUNI. Inicialmente, em 2008, foi criado o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) e, em 2009, foram criados os cursos de Tecnologia em Construção de Edifícios (TCE) e de Tecnologia em Refrigeração e Climatização (TREC), atualmente extinto. Em 2013, após o período de transição de desvinculação da FURG, esses cursos passaram a ser integrantes plenos do quadro de formação do *Campus* Rio Grande.

Em 2010 foram criados os cursos Técnico em Automação Industrial e Técnico em Fabricação Mecânica, com o objetivo de atender às novas demandas industriais motivadas pela instalação do polo de construção naval no município do Rio Grande. No mesmo ano, entrou em funcionamento o curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica (atual Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional) e, no primeiro semestre de 2015, foram matriculados os alunos da primeira turma do curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica. No ano de 2016, foi obtido o credenciamento do IFRS e do curso de Licenciatura em Matemática para ser ofertado na modalidade EaD.

Atualmente, os cursos ofertados pelo *Campus* Rio Grande estão distribuídos nas modalidades de ensino integrado ao ensino médio, subsequente ao ensino médio – também denominado de pós-médio e superiores. A primeira modalidade é ofertada nos cursos Técnico em Automação Industrial, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Geoprocessamento, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Refrigeração e Climatização. Na modalidade subsequente são ofertados todos os cursos anteriormente citados, com exceção de Informática para Internet, sendo acrescentado o Técnico em Enfermagem. Os cursos superiores ofertados são os de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia Mecânica. Já o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional é destinado a profissionais que já possuem curso superior.

A criação dos IFs teve início a partir da necessidade de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para fortalecer a inserção da educação profissional de nível técnico em todo o território nacional.

Para o desenvolvimento de sua ação acadêmica, o *Campus* Rio Grande atende, em sua excelência, ao mínimo estabelecido de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica

de nível médio, porém o mesmo não ocorre para o mínimo exigido de 20% das vagas para cursos de Licenciatura e/ou Programas Especiais de Formação Pedagógica conforme pode ser visualizado no QUADRO 1 (BRASIL, 2008).

Ao analisar o QUADRO 1, também é possível observar a necessidade de concentrar os esforços associados à ideia de expansão, no sentido de promover a criação de cursos e programas na área da EJA, buscando retomar o PROEJA, bem como a EaD. Em relação à Verticalização do ensino, para a pós-graduação, é notória a necessidade de inserção do *Campus* Rio Grande nessa modalidade de ensino. Porém, para isso se faz necessário um novo enquadramento do *Campus* no que diz respeito à Portaria do Ministério de Educação, nº 246, de 15 de abril de 2016, a qual limita os recursos humanos a 90 docentes e 60 técnicos administrativos (BRASIL, 2016).

Modalidade de Ensino		Total de Matrículas	Percentual (%)
Curso Técnico	Integrado	881	37,68
	Subsequente	883	37,77
Superior	Tecnologia	359	15,36
	Bacharelado	142	6,08
Programa Especial de Formação Docente		54	2,32
EAD		18	0,77
FIC		1	0,04
Pós-graduação		0	0
Total		2338	100

Quadro 4 - Área de Atuação Acadêmica do IFRS Campus Rio Grande
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2017.

O IFRS apresenta uma das características mais significativas e que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade. Nesse sentido, a Educação Profissional, sob a égide da diversidade, permite a essa Instituição de ensino concentrar, na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico, um centro de formação profissional capaz de atender às mais variadas realidades socioeconômicas e necessidades regionais, estando, muitas vezes, fortemente relacionadas a questões geográficas. O estado do Rio Grande do Sul pode ser subdividido em sete mesorregiões, cujos *campi* do IFRS estão presentes em quatro delas: Nordeste Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense. O *Campus* Rio Grande, por sua vez, está localizado na Mesorregião Sudeste

Rio-Grandense, caracterizada pelo turismo e pela agropecuária, principalmente a cultura do arroz e do gado de corte.

A partir das especificidades de cada região, os *campi* possuem autonomia e liberdade para dinamizar as ações de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, cabe salientar que a concepção dessa trilogia não pode dispensar a atenção às necessidades de atendimento às camadas mais carentes da sociedade, especialmente na oferta de FIC e PROEJA, possibilitando que os objetivos dos IFs sejam ratificados na prática em todas as modalidades e níveis demandados pela comunidade regional. Nesse sentido, dados apresentados na Plataforma Nilo Peçanha (2017) demonstram que os eixos do *Campus* Rio Grande, caracterizados pelo Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial, são norteadores para a inserção regional da economia, caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com o sistema viário, liderado pelas instalações portuárias. Entretanto, outros setores apresentam grande influência no desenrolar das atividades econômicas, contribuindo com etapas para o desenvolvimento integrado do município, como a agricultura, a pecuária, a pesca, o comércio e o turismo. É nesse sentido que os APLs propiciam as demandas para a inserção regional e a caracterização da área socioeconômica atendida.

1.6.13 *Campus* Rolante

Devido à expansão da Rede Federal de Educação Profissional ocorrida no país a partir do início dos anos 2000, a comunidade do Vale do Paranhana-Encosta da Serra realizou uma grande mobilização através de sindicatos, câmaras de vereadores, prefeituras e instituições de ensino em prol do projeto de implantação de uma escola profissionalizante em um dos municípios da região.

A intensificação das mobilizações ocorreu a partir de 2009, com a realização de audiências públicas em todos os municípios da região e coleta de abaixo-assinados de trabalhadores, empresários, entidades sindicais e lideranças políticas. Naquela ocasião, a Reitoria do IFRS prestou apoio e incentivo à Comissão que estava conduzindo todo o processo, orientando-a quanto às necessidades de contrapartida municipal para aprovação do projeto no âmbito do MEC.

Com isso, o município de Rolante se prontificou a sediar a instalação da “Escola Técnica”, como era denominada pela Comissão e pela comunidade do Vale do Paranhana-

Encosta da Serra. Nesse sentido, foi disponibilizado para construção da futura escola um terreno de oito hectares localizado a, aproximadamente, quatro quilômetros da sede municipal.

De posse da confirmação da doação do terreno e da coleta de milhares de assinaturas, a comissão conseguiu realizar uma audiência com gestores do MEC no ano de 2011. Nessa audiência foi aprovada a criação do *Campus Rolante* vinculado ao IFRS.

Em seguida, a Comissão e gestores do IFRS realizaram várias audiências públicas nos municípios da região com o objetivo de identificar as principais demandas por formação profissional. Os resultados dessas audiências apontaram quatro eixos principais, de acordo com a diversidade de suas características socioeconômicas, que são: agropecuária, coureiro-calçadista, gestão e tecnologia da informação.

Como um dos eixos apontados nas audiências públicas foi na área de agropecuária, tornou-se necessário viabilizar a ampliação do terreno para atender as exigências do MEC e, também, para o pleno desenvolvimento dos projetos didático-pedagógicos das ciências agrárias. Assim, necessitava-se um espaço maior para a criação de animais de pequeno, médio e grande porte e para o cultivo de frutíferas, culturas anuais, olerícolas, dentre outras. Desse modo, durante o ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Rolante procedeu à desapropriação de várias pequenas propriedades rurais anexas ou próximas ao terreno, inicialmente, destinado à implantação do *Campus*, totalizando uma área de 57 hectares. No ano de 2013, foram elaborados os projetos arquitetônicos para a construção do primeiro prédio escolar do *Campus Rolante*, e ofertadas cinco turmas de cursos de FIC através dos recursos do PRONATEC. No ano de 2014, foram 31 turmas de cursos FIC nos municípios de Parobé, Taquara, São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Itati, Maquiné, Imbé, Santo Antônio da Patrulha e Rolante pertencentes ou não à área de abrangência do *Campus*, também via PRONATEC.

O *Campus Rolante* iniciou suas atividades em dois espaços provisórios na sede do município. Um no térreo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, localizado na Rua Alfredo Wüst, 645, onde se desenvolviam as atividades administrativas, e outra na Escola Municipal de Ensino Fundamental Oldenburgo. Em fevereiro de 2016, teve início a primeira turma de ensino regular do *Campus Rolante*, com o ingresso de 35 educandos no curso Técnico em Administração subsequente ao ensino médio. No mês de agosto, duas novas turmas de cursos concomitante/subsequentes foram ofertadas: Agropecuária, Qualidade e Administração Redes de Computadores, assim como, cursos de FIC nas áreas de Agropecuária, Idiomas e Gestão, chegando a mais de 300 alunos atendidos no ano.

No primeiro semestre de 2017 foi adicionado mais um espaço no centro da cidade para iniciar a oferta dos primeiros cursos integrados ao ensino médio, em Informática e Agropecuária, no período da manhã, e em Comércio na modalidade PROEJA, no turno da noite.

Em julho de 2017, a sede definitiva do *Campus Rolante* foi inaugurada. A área total compreende 57 hectares e está localizada na RS 239, distante quatro quilômetros do centro da cidade de Rolante. As instalações incluem uma biblioteca, 10 salas de aula, dois laboratórios de informática, um laboratório agrotécnico, sala de professores e setor administrativo, totalizando uma área construída de 2.727 m². Tendo em vista a mudança definitiva foi possível iniciar a oferta do primeiro curso superior do *Campus*, o curso superior em Tecnologia de Processo Gerenciais. E, em 31 de julho de 2017, aconteceu a primeira aula inaugural no *Campus* com a presença de parlamentares e autoridades locais e regionais.

No ano seguinte, 2018, mais um curso integrado ao ensino médio foi ofertado no turno da tarde, o curso integrado em Administração, assim como novas turmas dos cursos integrados em Agropecuária, Informática e Comércio-PROEJA e o curso superior em Tecnologia em Processos Gerenciais.

A implantação do *Campus Rolante* vem sendo estruturada para ser um centro de excelência em educação profissional, técnica e tecnológica, a fim de formar profissionais com as competências e habilidades exigidas pelo Mundo do Trabalho, buscando ofertar cursos nos diferentes níveis de ensino (integrados, subsequentes e superior), atendendo à Verticalização do ensino. Atualmente, são ofertadas anualmente 290 vagas em cursos regulares (cursos integrados em Agropecuária, Informática, Administração e Comércio-PROEJA; cursos subsequente/concomitante em Agropecuária, Administração e Qualidade; e, curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais), destas 50% são vagas voltadas para o ensino médio integrado, 38% cursos subsequentes/concomitantes e 12% curso superior.

Atualmente, o quadro de servidores é composto por 30 docentes e 30 técnicos administrativos. O quantitativo previsto na Portaria nº 246/2017 do MEC, que trata do dimensionamento da Rede Federal, é de 70 docentes e 45 técnicos administrativos. Porém, como o *Campus Rolante* caracteriza-se um *Campus* agrícola, poderá ampliar seu quadro de técnicos para 60 servidores.

A maioria desses servidores em exercício ingressou na Instituição há menos de dois anos, mas muitos projetos de ensino, pesquisa ou extensão já foram ou estão sendo realizados, além da constante contribuição em demandas diversas na comunidade, como palestras, grupos de discussão, conselhos e outras ações de interesse social. Dentre as quais, destacam-se as

participações na elaboração do planejamento estratégico do município de Rolante, nos eixos da Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural, Plano Diretor, Atração de Investimentos e Turismo.

Diante do exposto, acredita-se que o *Campus* Rolante caminha na direção de se tornar uma referência regional em educação profissional pública e de qualidade, na medida em que busca atender aos objetivos e às finalidades previstas na sua Lei de criação, ou seja, a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os IFs.

Além das possibilidades de formação profissional e participação em projetos de pesquisa e extensão destacados anteriormente, os estudantes são estimulados a desenvolverem seus talentos em esportes e cultura, através da participação em jogos de integração e eventos artísticos entre os *campi* do IFRS ou com outros IFs e outras redes de educação.

Somados às oportunidades de crescimento pessoal e profissional em território nacional, os estudantes do IFRS também são estimulados e apoiados a terem vivências internacionais através do PIMEI. Especificamente no *Campus* Rolante está se desenhando uma parceria internacional com a França e a Alemanha para realização de estágios de vivência, visitas técnicas ou cursos de curta duração, sendo que, para 2018, foi definido um valor orçamentário para viabilização de bolsas estudantis para custeio parcial da viagem para a França de dois estudantes do eixo de recursos naturais.

1.6.14 *Campus* Sertão

O *Campus* Sertão está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 km de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criado pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, iniciou seu efetivo funcionamento em 1963, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo. Em 13 de fevereiro de 1964, pelo Decreto Lei nº 53.558, passou à Ginásio Agrícola de Passo Fundo subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura. Em 19 de maio de 1967, através Decreto nº 60.731, vinculou-se ao MEC e, em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.178, passou a funcionar como Colégio Agrícola, oferecendo curso Ginásial Agrícola e o diploma de Mestre Agrícola aos concluintes. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então

ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI) durante o período de 1973 até 1986. Em 04 de setembro de 1979, o Decreto nº 83.935, definiu a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Graus do MEC, obtendo declaração de regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980. Entre 1970 e 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

A Lei Federal nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia federal, com autonomia administrativa e pedagógica. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os IFs e denominou a então Escola como *Campus Sertão*.

Atualmente, o *Campus* tem autonomia para ministrar curso de educação básica em nível de ensino médio e formação profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas). Integrado ao plano de expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento socioeconômico regional, especialmente em regiões em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. São 62 anos de história na formação de técnicos em agropecuária, com mais de 5.000 alunos que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais, mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana. O *Campus Sertão* possui atualmente alunos de 157 municípios, de 10 Unidades Federativas do Brasil e também estrangeiros. O *Campus* tem marcante atuação junto à comunidade regional e desempenha papel importante no atendimento de demandas específicas da região, através dos cursos que desenvolve e das parcerias com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino como universidades e sindicatos. Contando com uma área de 91 hectares agricultáveis, 237 hectares total, mais de 20.000 m² de área construída, com salas de aula equipadas, modernos laboratórios, salas de aula/setores de produção nas áreas de: Agricultura (Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura); na área de Zootecnia (Bovinocultura de corte e leite, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura); Agroindústria; Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial, possuindo ainda, residência para aproximadamente 300 alunos e 100 servidores e familiares e restaurante que atende aproximadamente 1000 refeições diárias. O *Campus* funciona em período integral, com aulas

teóricas e práticas, nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da clientela externa, como cursos de curta duração, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação. São oferecidos, na atualidade, o curso Técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado, subsequente e concomitante ao ensino médio; o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico em Comércio concomitantes ao ensino médio; PROEJA, com formação técnica em Comércio; os cursos superiores de Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Gestão Ambiental e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Bacharel em Engenharia Agrônômica e Zootecnia, Licenciatura em Ciências Agrícolas e Ciências Biológicas, Formação Pedagógica para Docentes da Educação Básica e Profissional; pós-graduação em Teorias e Metodologias da Educação.

1.6.15 *Campus* Vacaria

O *Campus* Vacaria é oriundo da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão, que a partir de 2008, passou a denominar *Campus* Sertão. Em 2009, o Polo Vacaria passou a integrar o IFRS *Campus* Bento Gonçalves e, em 2012, o município de Vacaria conquistou, através do Plano de Expansão da Rede de Ensino Técnico e Tecnológico, o *Campus* Vacaria. No entanto, a autorização de funcionamento do *Campus* Vacaria ocorreu somente em 22 de janeiro de 2015, através da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União.

O Polo de Vacaria foi subsidiado pela Prefeitura Municipal desde 20 de março de 2006, graças ao esforço da Administração Municipal de Vacaria, *Campi* Sertão e Bento Gonçalves, Câmara Municipal de Vereadores e entidades da sociedade civil organizada: Câmara de Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços (CIC), FEPAGRO, SAV e a ATAV.

As atividades do então denominado Polo iniciaram com a implantação do curso Técnico em Agropecuária, subsequente ao ensino médio, com duas turmas: diurno e noturno, com funcionamento em uma sede provisória, nas instalações do antigo Seminário Diocesano, localizado na rua Fontoura da Costa, 425, bairro Glória, na cidade de Vacaria/RS. O imóvel é composto de um prédio com dois pavimentos, com área total construída de 1.600m², incluindo uma área aproximada de um hectare destinada às aulas práticas e experimentos agrícolas, e espaço para estacionamento.

No período de atuação do Polo, 10 turmas já se formaram, estando inseridos no mercado de trabalho 87% desses estudantes. Em 2010, foi implantado o curso Técnico em Informática,

modalidade subsequente, e, em 2011, na modalidade concomitante externo. Das três turmas, duas subsequentes e uma concomitante externo, que concluíram o curso, 90% dos estudantes estão em atuação no mercado de trabalho.

Além desses, também concluíram, em 2013, quatro turmas de estudantes nos cursos FIC – PRONATEC: Agricultor Familiar, Operador de Máquinas Agrícolas, Programador de Web e Montador e Reparador de Computadores. Em 2014, duas turmas se formaram: Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática, concomitante externo ao ensino médio pelo PRONATEC, ligado ao *Campus* Bento Gonçalves.

No mês de fevereiro de 2016, o *Campus* Vacaria instalou-se em sua nova sede, em uma área de 60 hectares, doada pela FEPAGRO, localizada na Estrada João Viterbo de Oliveira, nº 3061, área rural, distante seis quilômetros do centro da cidade. Nesse ano, ofertou os cursos Técnico em Agropecuária subsequente, Técnico em Logística subsequente (desde 2015) e iniciou o curso de Bacharelado em Agronomia em convênio com a UERGS.

Em 2017 ofereceu em seu processo seletivo dois cursos integrados (Técnicos em Agropecuária e Multimídia), um curso subsequente (Manutenção e Suporte em Informática) e um curso superior (Licenciatura em Ciências Biológicas). Em 2018 ofereceu processo seletivo para dois cursos de especialização: Produção Vegetal e Docência na Educação Básica.

Os IFs estão organizados por políticas que estão em conformidade com os arranjos produtivos regionais e ancorados no conceito da Verticalização do ensino. As características das ações de ensino, pesquisa e extensão são a pluralidade e diversidade da formação cultural, política e econômica das regiões em que estão inseridas. Ao mesmo tempo que atende às demandas regionais, busca uma potencialização do desenvolvimento científico e tecnológico local relacionado ao global. A efetivação de espaços múltiplos no ensino, pesquisa e extensão compreende a formalização de um percurso formativo que não se esgota em qualquer nível, nem está circunscrito a apenas algumas áreas de conhecimento. Sob esses princípios, o *Campus* Vacaria oferta os seguintes cursos, em suas referidas áreas de atuação:

- Ciências Biológicas e da Terra: Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, Técnico em Agropecuária subsequente ao ensino médio, Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Especialização em Produção Vegetal.
- Ciências Exatas e da Computação: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática subsequente ao ensino médio.
- Comunicação e Informação: Técnico em Multimídia integrado ao ensino médio.
- Administração, Negócios e Serviços: Técnico em Logística subsequente ao ensino médio.

- Ciências Humanas e Sociais: Especialização em Docência na Educação Básica.

O município de Vacaria está situado na região Nordeste do Rio Grande do Sul, zona fisiográfica dos Campos de Cima da Serra. Essa região é composta pelos municípios de André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria. A região ocupa uma área de 10.404 km² e tem uma população de 98.361 habitantes (FEE 2011). Vacaria tem 62% dessa população, sendo 93,47% urbana e 6,53% rural.

Reconhecida como a maior produtora de maçã no estado e a segunda do país, Vacaria é responsável por 22% da colheita nacional dessa fruta, sendo essa sua principal fonte econômica. O município também concentra sua economia na produção de grãos, pequenas frutas, frutos silvestres, pecuária, madeira e exportação de flores, que desponta como uma importante fonte econômica[1].

Como dados econômicos do município, lista-se:

- PIB: R\$ 552.881.129,00;
- percentuais da arrecadação municipal por setores: indústria – 18,21%; comércio – 25,77%, agricultura – 40,97%; serviços – 15,05%;
- produção e extração animal e vegetal: R\$ 185.558.181,46;
- área plantada e área destinada à colheita: 62.827 hectares

No quadro abaixo estão apresentados os indicadores regionais que caracterizam o perfil socioeconômico da região dos Campos de Cima da Serra, onde o *Campus* Vacaria está inserido.

Município: <u>ANDRÉ DA ROCHA</u>	Município: <u>MONTE ALEGRE DOS CAMPOS</u>
População Total: 1.194 habitantes	População Total: 3.132 habitantes
Área: 324,3km ²	Área: 549,7km ²
Densidade Demográfica: 3,8 hab/km ²	Densidade Demográfica: 5,7 hab/km ²
Matrículas: 167	Matrículas: 590
PIB per capita: R\$ 78.332,53	PIB per capita: R\$ 13.306,81

Município: <u>BOM JESUS</u>	Município: <u>MUITOS CAPÕES</u>
População Total: 11.467 habitantes	População Total: 2.869 habitantes
Área: 2.624,7km ²	Área: 1.197,9km ²
Densidade Demográfica: 4,4 hab/km ²	Densidade Demográfica: 2,5 hab/km ²
Matrículas: 1.918	Matrículas: 503
PIB per capita: R\$ 21.177,26	PIB per capita: R\$ 101.313,12
Município: <u>CAMPESTRE DA SERRA</u>	Município: <u>PINHAL DA SERRA</u>
População Total: 3.354 habitantes	População Total: 2.243 habitantes
Área: 538,0km ²	Área: 438,0km ²
Densidade Demográfica: 6,2 hab/km ²	Densidade Demográfica: 4,9 hab/km ²
Matrículas: 488	Matrículas: 395
PIB per capita: R\$ 27.822,04	PIB per capita: R\$ 102.491,90
Município: <u>ESMERALDA</u>	Município: <u>SÃO JOSÉ DOS AUSENTES</u>
População Total: 3.222 habitantes	População Total: 3.311 habitantes
Área: 829,8km ²	Área: 1.173,9km ²
Densidade Demográfica: 3,9hab/km ²	Densidade Demográfica: 2,9hab/km ²
Matrículas: 553	Matrículas: 641
PIB per capita: R\$ 39.896,50	PIB per capita: R\$ 22.119,62

Município: <u>IPÊ</u>	Município: <u>VACARIA</u>
População Total: 6.113 habitantes	População Total: 65.913 habitantes
Área: 599,2km ²	Área: 2.124,6km ²
Densidade Demográfica: 10,3 hab/km ²	Densidade Demográfica: 29,4 hab/km ²
Matrículas: 834	Matrículas: 10.741
PIB per capita: R\$ 25.011,74	PIB per capita: R\$ 25.759,85

Quadro 5 - Indicadores Regionais

Fonte: FEE, COREDE e IBGE, 2013, 2014 e 2015 respectivamente.

A participação de entidades de ensino como o *Campus* Vacaria é fundamental na região dos Campos de Cima da Serra, pois abrange não só a incorporação de novas tecnologias, produtos, processos, gestão inovadora, mas principalmente qualificação de profissionais para contribuir com o contexto regional nos aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais.

Nesse contexto observa-se a importância da implantação de um *Campus* do IFRS no município, já que um dos objetivos do IFRS é atuar para minimizar os problemas socioeconômicos, ao promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, levando em consideração as demandas dos arranjos produtivos locais e formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Comprovadamente, uma alternativa efetiva para pequenos e médios produtores que perfazem a economia regional, que mantém cerca de 80% da produção gaúcha, é a qualificação técnica da atividade produtiva que viabilize a transformação e comercialização dos produtos, agregando valor à produção agrícola e contribuindo para geração de empregos, de forma direta e indireta.

O *Campus* Vacaria ocupa uma posição geográfica estratégica na região, com vários municípios no seu entorno, que também não dispõem de nenhum estabelecimento público que oferece ensino gratuito em nível de pós-graduação.

1.6.16 *Campus* Veranópolis

No ano de 2008 iniciaram-se as discussões e tratativas sobre a instalação do IFRS em Veranópolis através da realização de audiência pública no município. No começo de 2014, nova audiência foi feita com a perspectiva de que o Instituto se instalasse ainda naquele ano, podendo beneficiar uma comunidade de 19 municípios, os quais apoiaram e assinaram o projeto. O *Campus* Avançado Veranópolis foi criado em março de 2014, sendo que no dia 11 do mesmo mês, o *Campus* obteve autorização de funcionamento por parte da SETEC/MEC. Em junho desse mesmo ano, iniciaram as atividades em uma área de 47.334 m² doada pela Prefeitura Municipal, onde anteriormente localizava-se o Colégio Agrícola, cito à BR-470, km 172, número 6500, bairro Sapopema.

O *Campus* atua em três eixos: Informação e Comunicação, Gestão e Negócios e Produção Industrial. Os primeiros cursos oferecidos foram os de FIC em Língua Espanhola e o do PRONATEC – Mulheres Mil, os quais também foram levados também a outros municípios da região de atuação do *Campus*. Em 2016 iniciou-se a oferta dos cursos de Técnico em Administração e Técnico em Informática, ambos subsequentes ao ensino médio. Em 2018, finalizadas as reformas estruturais de três dos quatro principais prédios existentes, passou a oferecer os cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e de Tecnologia em Processos Gerenciais, e, atualmente, prepara-se para ofertar o curso de Técnico em Administração integrado ao ensino médio, a partir de 2019, esperando poder ofertar, ainda em 2020, o curso de Técnico em Informática integrado ao ensino médio. Nas reformas citadas, mais de R\$ 1.300.000,00 foram investidos.

Veranópolis possui cerca de 25.000 habitantes. Fundada em 1884, como Colônia Alfredo Chaves, foi a penúltima das colônias italianas da região Nordeste do Rio Grande do Sul. Iniciou seu desenvolvimento com base na agricultura familiar, logo conquistando sua emancipação política em 1898, adotando o nome Veranópolis em 1945. É conhecida como o “Berço Nacional da Maçã” e “Terra da Longevidade”, dado o alto percentual de pessoas com idade superior a 60 anos. A região atendida pelo *Campus* congrega 20 municípios (com uma população aproximada de 200.000 habitantes), sendo os principais, Veranópolis e Nova Prata.

Em termos econômicos, é uma região de considerável importância para o estado, tendo um PIB da ordem de R\$ 6,5 bilhões, conforme dados de 2015 da FEE. O perfil econômico da região caracteriza-se pela predominância do setor de serviços (45% do PIB), seguida de uma forte participação do setor industrial (31% do PIB), sendo complementados pelo setor agrícola (14% do PIB) e governamental (10% do PIB). Contudo, pode-se perceber uma diversificação

econômica dos municípios. Alguns, especialmente os de menor população, com predomínio do setor agropecuário; outros, com preponderância do setor industrial; outros, com a ascendência do setor de serviços. Na indústria destacam-se indústrias de transformação, como a de joias, moveleira, do vestuário, da borracha e de estruturas metálicas, além de frigoríficos e produção de biodiesel.

Veranópolis segue a tendência mais geral da região. Com um PIB, em 2015, calculado em R\$ 1,134 bilhão, apresenta predominância do setor de serviços (44%), seguido de perto pelo setor industrial (41%), sendo o restante complementado pela agricultura, geralmente familiar, e o setor governamental.

Quanto aos índices de desenvolvimento humano, conforme o último levantamento realizado com base nos dados do censo de 2010, todos os municípios possuem índices considerados altos (entre 0,700 e 0,800). Contudo, nenhum chega ao nível muito alto (acima de 0,800). Todos apresentam índices próximos ou superiores às médias do estado (0,746) e do país (0,754).

Sobre a inserção regional do *Campus*, verifica-se ainda certo desconhecimento por parte da população sobre o que é o IF, ou seja, que não é uma escola de ensino médio, nem uma escola profissionalizante e nem uma instituição de ensino superior, mas sim uma instituição que verticaliza os três níveis de ensino. Um fator que dificulta uma maior inserção da Instituição é o fato de ter ocupado a área do antigo Colégio Agrícola, que foi uma das mais importantes instituições educacionais por várias décadas no município.

Contudo, pode-se perceber que, após a instalação dos cursos superiores, que foi precedida de ampla divulgação na região, o conhecimento acerca da Instituição e sua inserção no município aumentaram, contribuindo, para isso, o fato de ser a única instituição pública que oferece ensino superior na região. A implantação do curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio certamente contribuirá para uma maior inserção nas comunidades, oferecendo uma opção de formação pública, de qualidade e gratuita. Ainda, contribuirá para uma inserção mais profunda na comunidade de Veranópolis o fato de oferecer a formação profissional, que há muito não é oferecida no município, desde que as escolas particulares que o faziam deixaram de ofertar.

Os cursos oferecidos pelo IFRS também contribuem para a sua inserção regional: em termos de gestão e negócios, segundo a Receita Federal, a região possuía, em 2017, 2.252 empresas ativas, o que abre consideráveis possibilidades para profissionais qualificados nos diversos níveis da administração. Por outro lado, o crescimento do setor de serviços e a

necessidade de informação e comunicação das empresas abrem espaço para egressos dos cursos de informação e comunicação, caso dos cursos na área da informática oferecidos pelo *Campus*.

1.6.17 *Campus* Viamão

A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a partir da década de 1990, propõe ao mundo o debate sobre questões sociais decorrentes das transformações da sociedade contemporânea. O fenômeno da globalização, em uma fase extremamente agressiva do capitalismo financeiro, tem como uma de suas consequências o aprofundamento das desigualdades entre os países e as pessoas. Entre as questões sociais mundiais propostas, as preocupações com o meio ambiente assumem proporções cada vez maiores, em virtude dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pela ação humana na natureza. Nas últimas décadas, os problemas ambientais na Terra agravaram-se com a intensificação da industrialização e o conseqüente aumento da capacidade de intervenção do homem no ambiente.

Há um notório e progressivo esgotamento econômico mundial, que mostrou sua face mais visível na grande crise econômica de 2008 (conhecido como escândalo Lehman Brothers, nos EUA). Os últimos avanços tecnológicos parecem insuficientes para gerar riquezas suficientes e, pior, de reverter o comprometimento da capacidade ambiental de oferta de recursos naturais à produção.

No Brasil, o fim do período ditatorial e a promulgação da Constituição de 1988, fortalecem as noções de direitos e de cidadania, conferindo à participação popular uma maior influência na vida política do país, particularmente em relação às políticas públicas. O cidadão deixa de ser apenas objeto das políticas para envolver-se com seu processo de formulação e de controle social. Práticas de políticas baseadas na participação popular difundem-se pelo Brasil ao mesmo tempo em que a universalização do acesso a elas é fortalecido pela Constituição de 1988¹⁴.

O município de Viamão, sétimo em população do estado do Rio Grande do Sul e o maior em extensão territorial da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, é detentor do que se

¹⁴ FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas da Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. Revista Aurora, São Paulo, Vol. 3, n° 5, Dez/2009. Disponível em <<http://marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>>

pode chamar de um dos maiores "ativos" de desenvolvimento na região em decorrência de suas características ecossistêmicas e de sua diversidade étnico-cultural.

A região é extensa, dispõe de mananciais de águas superficiais e subterrâneas em grande abundância, possui variados tipos de solos com diversas aptidões agroambientais e uma cobertura vegetal rica e bastante diversificada. Estão localizadas no município várias áreas de interesse ecológico, tais como o Parque Estadual de Itapuã, a APA do Banhado Grande, Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, Parque Municipal Saint-Hilaire e Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Destaca-se o fato de Viamão ser o maior fornecedor de folhosas à CEASA-RS (a central de abastecimento do RS), de sediar a Escola Estadual Técnica de Agricultura (ETA), mais antiga escola de ensino agrícola do Rio Grande do Sul e a primeira a formar técnicos agrícolas no Brasil, a mais importante bacia leiteira da região metropolitana de Porto Alegre e de sediar o maior assentamento de reforma agrária do Estado (o Assentamento Filhos de Sepé, com quase 400 famílias), que, em suas atividades produtivas, cultiva atualmente uma área de arroz ecológico com mais de 1.600 hectares, tornando Viamão o maior produtor de arroz orgânico em área contínua da América Latina. No segmento turístico, destaca-se o turismo ecológico, o turismo de eventos e de negócios, com destaque para a Quinta da Estância e o hotel/spa Vila Ventura, e os distritos turísticos de Itapuã e Águas Claras, com seus atrativos naturais, sítios rurais, balneários e agroindústrias. Obviamente que, em função desses atrativos e potencialidades, há conflitos socioambientais e sérios riscos de agravamento dos mesmos, devido à enorme pressão imobiliária na busca de espaços para a expansão urbano-industrial da região metropolitana.

Segundo o doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Antonio Carlos Dieges, povos tradicionais são aqueles que se distinguem da população do seu entorno por traços culturais particulares. São povos que se auto identificam ou são identificados como parte de culturas distintas e que apresentam também como traços específicos a ocupação e moradia em determinados territórios por várias gerações. Entre as comunidades tradicionais estão os povos indígenas, os povos remanescentes de Quilombos, e os pescadores artesanais¹⁵.

Com base no conceito expresso por Dieges relativo aos povos tradicionais, identificam-se no município de Viamão, três comunidades remanescentes de Quilombos e a

¹⁵ DIEGES, A. C.; Viana, V (Org). Comunidades Tradicionais e manejo dos recursos aaturais da Mata Atlântica. São Paulo: Hucitec, 2000

existência de três Terras Indígenas do povo Mbyá Guarani. Entre as comunidades remanescentes de Quilombos estão a comunidade do Cantão das Lombas, Peixoto dos Botinhas e Anastácia. Do povo Mbyá Guarani temos a Tekoá Jata'ity (Terra indígena do Cantagalo), Tekoá Pindó Mirim (Terra Indígena de Itapuã) e Tekoá Nhundy (Terra Indígena da Estiva).

Segundo dados do último censo do IBGE, em 2010, o município de Viamão possuía uma população de 239.384 habitantes, área territorial de 1.497.094 km², e tinha como estimativa para o ano de 2017, uma população de 253.717 habitantes e apresentava um PIB total de R\$ 2.04 bilhões, dividido em R\$96.671 milhões no setor agropecuário, R\$473.679 milhões, no setor industrial e 1.470.228 milhões no setor de serviços. Este PIB representa um valor *per capita* de R\$ 8.524,00, o que revela a baixa densidade econômica da região. Demonstra-se, assim, a predominância do setor terciário (Serviços) com 72% sobre os demais setores da produção econômica do município. A área industrial ocupa 23% e o setor primário apenas 5%. Destaque-se que, em razão da proximidade e facilidade de deslocamento, a maioria da população trabalha na capital Porto Alegre, gerando divisas fora do município.

Ainda de acordo com os dados do censo de 2010, o município de Viamão possui 94% da sua população residindo no meio urbano e somente 4% na área rural. Apesar da baixa densidade demográfica rural, o município apresenta grande potencial de desenvolvimento agropecuário, turístico, industrial e comercial, pois, com quase 1.500 km² de área, a cidade vem desenvolvendo vários tipos de turismo (ecológico, rural, de negócios e esportivo), destacando-se, também, no eixo da economia rural, pela produção de alimentos, especialmente o arroz, sendo o que o município é atualmente o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.

Por pertencer à região metropolitana, formando áreas conurbadas com Porto Alegre, e estar próxima de rodovias federais (BR-116 e BR-290) e estaduais (RS-010; RS-020; RS-030; RS-040; RS-118), apresenta os condicionamentos básicos de acessibilidade para seu desenvolvimento.

O planejamento e a gestão dessa região exigem ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada a fim de colaborar para seu desenvolvimento econômico e social, com alternativas para a fixação de sua população em seu território e dentro de uma perspectiva

de Sustentabilidade¹⁶.

Como reflexo da realidade nacional condicionada ao modelo econômico global, o município de Viamão também sofre as consequências das mudanças socioeconômicas que o Brasil vem experimentando nos últimos anos, que têm impactado os níveis de produção, consumo, crescimento econômico, taxas de emprego e desemprego no país e consequente aprofundamento das desigualdades sociais.

Na primeira década do século XXI, ainda sob a estratégia de uma política de desenvolvimento econômico e social objetivando a inclusão e a proteção social com a redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica, constituem-se os IFs, no ano de 2008, através da Lei nº 11.892/2008.

Estruturados a partir da capacidade instalada da centenária Rede De Educação Profissional Federal, o novo modelo de educação profissional e tecnológica para Brasil visa à criação das condições estruturais indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do país e a constituição de uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária.

As novas instituições federais passaram a atuar focadas na justiça social, na equidade, na crescente demanda por formação profissional, na geração de novas tecnologias e no fortalecimento dos arranjos produtivos locais como forma de alavancar o desenvolvimento econômico e social e a competitividade nacional.

Tomando como base os elementos conceituais que deram origem a essa nova organização institucional da educação profissional e tecnológica, a concepção de educação que orienta os processos de formação nos IFs baseia-se nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão e na defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade.

Diante desse complexo e diversificado contexto econômico, social e cultural, no ano de 2011, o *Campus* Viamão iniciou suas atividades a partir do diálogo com o município, realizando audiências públicas para definição dos eixos tecnológicos nas várias modalidades a serem

¹⁶ STROHAECKER, T.M.; TOLDO JR, E. E. O Litoral Norte do Rio Grande do Sul como um Pólo de Sustentabilidade Ambiental do Brasil Meridional. In **Colóquio Internacional de Geocrítica**, 9. Porto Alegre, ANAIS... Porto Alegre: Departamento de Geografia/IG/UFRGS. 2007.

ofertadas, determinando a constituição da sua linha de atuação buscando reforçar as vocações da cidade para abrigar um polo de desenvolvimento tecnológico e de educação profissional.

O desenvolvimento do *Campus Viamão* estrutura-se inicialmente em torno dos eixos Gestão e Negócios e Ambiente e Saúde, nas modalidades de cursos técnicos subseqüente, concomitante e de FIC. A partir de 2015 passaram a ser ofertados de forma regular os cursos Técnicos subseqüente noturnos em Administração, Meio Ambiente, Serviços Públicos, Cooperativismo e curso Técnico em Meio Ambiente concomitante diurno.

Seguindo o planejamento de médio prazo, visando à meta de ampliar a oferta do ensino público de qualidade em resposta às demandas apresentadas pela sociedade, no primeiro semestre de 2017, o *Campus Viamão* passou a ofertar os primeiros cursos de nível superior públicos e gratuitos da história do município de Viamão.

Em 2018 são constituídas as duas primeiras turmas na modalidade de ensino médio integrado nas áreas de Meio Ambiente e de Administração. Tomando como base os elementos conceituais que dão origem à organização institucional dos IFs, a concepção de educação que orienta os processos de formação na modalidade de ensino médio integrado baseia-se nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão e na defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, propondo uma alternativa para o ensino médio no país, sustentada em uma visão de educação Integral que compreenda o desenvolvimento das pessoas em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, constituindo-se como projeto coletivo a ser expresso no modelo de educação profissional técnica integrada ao ensino médio.

As ofertas dos cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Processos Gerenciais e dos cursos Técnicos integrados ao ensino médio em Meio Ambiente e em Administração ampliaram a oferta de educação profissional e tecnológica do *Campus Viamão*, para além dos cursos técnicos, concomitante e subseqüente e de FIC até então disponibilizados, com a clara e imperiosa determinação de contribuir com o IFRS a atender aos objetivos estratégicos descritos na Lei nº 11.892/2008 de criação dos IFs, que preveem a Verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.